

**Nº 12 - Reunião Ordinária da  
Câmara Municipal de Chaves  
Realizada no dia 18 de Junho  
de 2009. -----**

Aos dezoito dias do mês de Junho do ano dois mil e nove, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. João Gonçalves Martins Batista, e com as presenças dos Vereadores, Sr. Arqt. António Cândido Monteiro Cabeleira, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sr. Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues e Sra. Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Rogado Leitão Duarte Almeida Campos, e comigo, Helena Presa Fernandes, Assistente Técnica. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas e quarenta e cinco minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de quinze de Junho do corrente ano. -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

**I. DESIGNAÇÃO DO SECRETÁRIO DA REUNIÃO DE CÂMARA. -----**

Foi designado secretário da reunião a Assistente Técnica, Helena Presa Fernandes, na ausência do Director de Departamento de Administração Geral, Dr. Marcelo Caetano Martins Delgado. -----

**II - AUSÊNCIA DO VEREADOR, DR. LUIS AREIAS FONTES. -----**

O Vereador, Dr. Luis Manuel Areias Fontes, esteve ausente na reunião ordinária do executivo camarário, por motivos profissionais. -----

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----**

**III - AUSÊNCIA DA VEREADORA, DRA. MARIA ALINE DA SILVA FERREIRA CAETANO. -----**

A Vereadora, Dra. Maria Aline da Silva Ferreira Caetano, esteve ausente na reunião ordinária do executivo camarário, por motivos de carácter familiar. -----

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----**

**IV - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL. -----**

O Presidente da Câmara começou por dar conhecimento ao Executivo Municipal sobre os seguintes assuntos relacionados com a Actividade Municipal: -----

- **Apresentação do novo comandante da PSP distrital** - Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara informou o executivo que, no

pretérito dia 04 de Junho, esteve no Município para apresentação oficial, o Comandante Vítor Soares, que assumiu, no dia 01 de Junho, o Comando Distrital de Vila Real da Polícia de Segurança Pública (PSP), tendo sido o anterior Comandante, Serafim Sousa Tavares, destacado para comandar a PSP de Viseu a partir da mesma data. -----

**- Sede da Unidade de Formação para a Agência de Ecologia Urbana do Eixo Atlântico** - Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara informou o executivo que, no pretérito dia 03 de Junho, foi aprovada, por unanimidade, pela Comissão Executiva do Eixo Atlântico sediar a Unidade de Formação para a Agência de Ecologia Urbana do Eixo Atlântico, na cidade de Chaves. -----

**V - ALTERAÇÃO DA HORA DA PRÓXIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXECUTIVO CAMARÁRIO DO DIA 02 DE JULHO.** -----

Sobre esta matéria o Presidente da Câmara, informou o Executivo Municipal da alteração da hora de realização da próxima reunião ordinária do executivo camarário, a realizar no próximo dia 02 de Julho (Quinta-feira), passando esta a realizar-se pelas 11.00 horas do referido dia 02 de Julho de 2009. -----

**VI - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ASSUNTOS NÃO INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA, AO ABRIGO DO ARTIGO 83º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, E ULTERIORES ALTERAÇÕES.** -----

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e nos termos do regimento em vigor, reconheça a urgência de deliberação sobre os assuntos abaixo indicados: -----

**1. EXECUÇÃO DA EMPREITADA DENOMINADA "LIGAÇÃO RODOVIÁRIA ENTRE A E.M.506 E O IP3 (A24) - NÓ DO PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES".** -----

**- AQUISIÇÃO, PELA VIA DO DIREITO PRIVADO, DA PARCELA N.º 234 A.** -----

**- RATIFICAÇÃO DO DESPACHO N.º 11/GAPV/09.** -----

**- RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21/05/2008, QUE APROVOU A RESOLUÇÃO DE REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO. PROPOSTA N.º. 54/GAPV/2009.** -----

**2. OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO DE AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE ACTIVIDADES DE CHAVES - APROVAÇÃO PRÉVIA DO PROJECTO BASE PARA EFEITOS DE FORMALIZAÇÃO DA CANDIDATURA AO ON2 DENOMINADA "SISTEMA DE APOIO A ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL E LOGÍSTICA", ENQUADRADA NO AVISO DE ABERTURA DE CONCURSO SAAEL/1/2008, DE 9 DE OUTUBRO - REQUERENTE - CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES - LOCAL: ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE CHAVES - FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA D.O.T.P.U. DA ARQ. ANA ISABEL AUGUSTO, DE 17-06-2009.** -----

**3. REFORMULAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PDM DE CHAVES CIRCUNSCRITA À ÁREA DO PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES E RESPECTIVA ENVOLVENTE, SUBMETIDA A ANTERIOR REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES DO DIA 08 DE JANEIRO DE 2009. INFORMAÇÃO DA D.O.T.P.U. DAS ARQS. CARLA JOANA E EUNICE PEREIRA, DRA. ANDREIA GERALDES, E ENG.º PAULO VALOURA, DE 17.06.09.** -----

4. CENTRO DE INCUBAÇÃO DE EMPRESAS - APROVAÇÃO PRÉVIA DE PROJECTO DE ARQUITECTURA PARA EFEITOS DE FORMALIZAÇÃO DA CANDIDATURA AO ON2 DENOMINADA "SISTEMA DE APOIO A ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL E LOGÍSTICA", ENQUADRADA NO AVISO DE ABERTURA DE CONCURSO SAAEL/1/2008, DE 9 DE OUTUBRO - REQUERENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES - LOCAL: ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE CHAVES - FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA D.O.T.P.U., DA ARQ. ANA ISABEL AUGUSTO, DE 15-06-2009. -----

5. EDIFÍCIO BEM-ESTAR, POLIDESPORTIVO E ESPAÇOS VERDES - APROVAÇÃO PRÉVIA DE PROJECTO DE ARQUITECTURA PARA EFEITOS DE FORMALIZAÇÃO DA CANDIDATURA AO ON2 DENOMINADA "SISTEMA DE APOIO A ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL E LOGÍSTICA", ENQUADRADA NO AVISO DE ABERTURA DE CONCURSO SAAEL/1/2008, DE 9 DE OUTUBRO - REQUERENTE - CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES - LOCAL: ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE CHAVES - FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA D.O.T.P.U., DA ARQ. ANA ISABEL AUGUSTO, DE 15-06-2009. -----

6. ESCOLA DE NEGÓCIOS E DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES - APROVAÇÃO PRÉVIA DE PROJECTO DE ARQUITECTURA PARA EFEITOS DE FORMALIZAÇÃO DA CANDIDATURA AO ON2 DENOMINADA "SISTEMA DE APOIO A ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL E LOGÍSTICA", ENQUADRADA NO AVISO DE ABERTURA DE CONCURSO SAAEL/1/2008, DE 9 DE OUTUBRO - REQUERENTE - CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES - LOCAL: ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE CHAVES - FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA D.O.T.P.U., DA ARQ. ANA ISABEL AUGUSTO, DE 15-06-2009. -----

7. EDIFÍCIO CRECHE/JARDIM-DE-INFÂNCIA/ATL - APROVAÇÃO PRÉVIA DE PROJECTO DE ARQUITECTURA PARA EFEITOS DE FORMALIZAÇÃO DA CANDIDATURA AO ON2 DENOMINADA "SISTEMA DE APOIO A ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL E LOGÍSTICA", ENQUADRADA NO AVISO DE ABERTURA DE CONCURSO SAAEL/1/2008, DE 9 DE OUTUBRO - REQUERENTE - CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES - LOCAL: ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE CHAVES - FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA D.O.T.P.U. DA ARQ. ANA ISABEL AUGUSTO, DE 15-06-2009. -----

## I

### ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

#### 1. ACTAS:

1.1. Aprovação da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 04 de Junho de 2009. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida acta. -----

#### 2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

#### 3. FREGUESIAS

## II

## DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS JURÍDICOS:

**1. LICENÇAS DE TÁXI - ABANDONO DO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE - CADUCIDADE DO DIREITO À LICENÇA - INFORMAÇÃO/ PARECER N.º 33/DAS/2009. -----**

Foi presente a informação/parecer identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - Preliminares -----**

1. Na sequência do despacho praticado pelo Vereador responsável pela respectiva área de intervenção municipal, Arquitº. Antonio Cabeleira, de 2009/05/13, o qual recaiu sobre informação produzida pelos serviços de fiscalização municipal do dia 2009/05/11, e sobre as informações prestadas pelas Juntas de Freguesia deste Concelho, e relativas ao assunto identificado em epígrafe, foi solicitada a estes Serviços a emissão do competente parecer técnico-jurídico, no sentido de esclarecer os procedimentos tendentes à declaração de caducidade do direito às respectivas licenças de táxi. -----

2. Assim, cumpre-me informar, o seguinte: -----

**II - Do Direito -----**

1. O DL n.º 251/98, de 11 de Agosto, alterado e republicado pelo DL n.º 41/2003, de 11 de Março, consagra o regime jurídico dos transportes públicos de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros, designados por transportes em táxi. -----

2. Nesta conformidade, nos termos das disposições combinadas previstas, respectivamente, 12º e 14º do DL n.º 251/98, de 11 de Agosto e ulteriores alterações, e art. 6º e 9º do Regulamento de Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros em vigor neste concelho, os veículos afectos aos transportes em táxi estão sujeitos a licença, atribuída pela Câmara Municipal, dentro do contingente fixado por meio de concurso público. -----

3. Diga-se, em abono da verdade, que em relação às licenças para o exercício da actividade de transporte em táxi - alvará - o referido diploma legal estabelece um prazo máximo de validade (5 anos), mas no que respeita às licenças para os veículos afectos ao transporte em táxi - licença do táxi -, o mesmo diploma já não estabelece qualquer prazo de validade<sup>1</sup>. -----

4. No entanto, embora o aludido diploma legal e o referido Regulamento Municipal não estabeleçam prazo de validade para aquelas licenças - licença do táxi -, os mesmos estabelecem as circunstâncias em que se verifica a sua caducidade. -----

5. Assim, nos termos do disposto no n.º 2, do art. 22º e 29º, do Regulamento de Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis

---

<sup>1</sup> Refira-se que não se pode confundir a licença para o exercício efectivo da actividade com o licenciamento do veículo destinado à execução dessa actividade. O licenciamento do veículo é condição para o exercício da actividade licenciada, destinando-se a certificar que a viatura reúne os requisitos legais para a actividade. -----

Ligeiros de Passageiros em vigor neste concelho<sup>2</sup>, a licença do táxi caduca nos seguintes casos: -----

a) Quando não for iniciada a exploração no prazo fixado pela câmara municipal, ou, na falta deste, nos 90 dias posteriores à emissão da licença; -----

b) Quando o alvará emitido pela DGTTF não for renovado; -----

c) **Abandono do exercício da actividade.** -----

6. Refira-se que, de acordo com as disposições combinadas previstas no n.º 1, do art. 29.º do Regulamento de Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros em vigor, e no n.º 1, do art. 18.º, do DL n.º 251/98, de 11 de Agosto e ulteriores alterações, considera-se que há abandono do exercício da actividade sempre que os táxis não estejam à disposição do público durante 30 dias consecutivos ou 60 interpolados dentro do período de um ano. -----

7. Ora, nos termos da informação produzida pelos serviços de fiscalização municipal do dia 11 de Maio do corrente ano e das informações produzidas pelas respectivas Juntas de Freguesia deste concelho de Chaves, conforme documentos em anexo ao presente parecer, veio a ser constatado que determinados veículos afectos ao transporte de táxi não se encontram a prestar serviço ao público. --

8. Nesta perspectiva, parece que podemos considerar que tais situações consubstanciam abandono de exercício da actividade em táxi, a qual tem como consequência a caducidade do direito à licença de táxi, de acordo com o disposto no n.º 2, do art. 29.º do Regulamento de Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros em vigor neste concelho. -----

9. Tal circunstância implica para os titulares da respectiva licença de táxi a eliminação dos direitos que o acto de licenciamento respectivo lhes havia conferido, com fundamento no abandono do exercício da actividade de transporte em táxi. -----

10. Face à natureza jurídica da caducidade em causa, não sendo a mesma preclusiva, os seus efeitos só deverão operar, junto dos destinatários, após acto declaratório praticado pela Administração e sujeito a prévia audiência dos interessados. -----

### **III - Das Propostas** -----

Em coerência com o teor das razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à prática de decisão administrativa consubstanciada na intenção de **declarar a caducidade do direito à licença de táxi**, com fundamento no abandono do exercício da respectiva actividade, de acordo com as disposições combinadas previstas no art. 29.º do Regulamento de Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros em vigor neste concelho, e no art. 18.º, do DL n.º 251/98, de 11 de Agosto e ulteriores alterações, muito particularmente, em relação aos seguintes titulares, a saber: -----

- Teresa Pinho, à qual foi atribuída a área de serviço da freguesia de Vilela Seca; -----

- Victor Fontoura, ao qual foi atribuída a área de serviço da freguesia de Vilarelho da Raia; -----

---

<sup>2</sup> Veja-se, neste sentido, o disposto no n.º 2, do art. 12.º e 18.º, do DL n.º 251/98, e ulteriores alterações. -----

- Joaquim Morais - Sociedade Táxis, Lda, à qual foi atribuída a área de serviço da freguesia de São Pedro de Agostém; -----  
 - Manuel Jorge Teixeira Areias, ao qual foi atribuída a área de serviço da freguesia de Santo António de Monforte; -----  
 - Dionides Fernandes Carneiro, ao qual foi atribuída a área de serviço da freguesia de Lamadarcos; -----  
 - A.M.C.L Auto Mecânica de Chaves, Lda, à qual foi atribuída a área de serviço da freguesia de Oucidres; -----  
 - Abel da Cruz, ao qual foi atribuída a área de serviço da freguesia de Ervededo. -----

b) O abandono do efectivo exercício da actividade encontra-se comprovado pela informação produzida pelos serviços de fiscalização municipal, datada do dia 11 de Maio de 2009, e das informações produzidas pelas respectivas Juntas de Freguesia deste concelho de Chaves, conforme documentos em anexo ao presente parecer; -----

c) No cumprimento do disposto no art.100º e ss. do Código do Procedimento Administrativo, deverá o sentido de decisão administrativa acima proposto ser sujeito a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir aos interessados vir, ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhes oferecer sobre o assunto; -----

d) Para o efeito, deverá ser expedida a competente notificação, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, a qual deverá ser acompanhada da deliberação que, sobre o assunto, venha a ser praticada; -----

e) Decorrido o aludido prazo, deverá tal sentido de decisão tornar-se, agora, definitiva, sendo os interessados notificados da deliberação praticada e ou tomada sobre a matéria, nos termos do art. 68º do Código do Procedimento Administrativo; -----

f) De imediato, reenvio do presente processo, acompanhado deste parecer, ao Gabinete do Vereador responsável, Arqto. Antonio Cabeleira -----

É tudo, de momento, que me cumpre informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 3 de Junho de 2009 -----

A Chefe de Divisão, -----

(Dr<sup>a</sup>. Sandra Lisboa) -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 03.06.2009.** -----

Visto. Concorde com a estratégia procedimental sugerida no presente parecer, o qual merece o meu inteiro acolhimento. À consideração do vereador responsável pela área de intervenção municipal Arqto. António Cabeleira. -----

**DESPACHO DO SENHOR VEREADOR ARQTO. ANTONIO CABELEIRA DE 2009.06.04.**

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### III

#### EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

**1. PROPOSTA PARA GEMINAÇÃO ENTRE AS CIDADES DE CHAVES E COIMBRA**  
**INFORMAÇÃO N.º 218 / DC/ 09.06.08** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

A Geminação entre cidades constitui um factor de grande importância na aproximação de povos, no cruzamento de culturas e no intercâmbio de conhecimentos, especialmente quando se verificam pontos de convergência e seja possível a realização de acções de cooperação nos domínios cultural, económico, educativo, social, desportivo e gestão autárquica, e outros que se revelem como essenciais para o estreitar de laços de amizade. -----

As cidades de Chaves e Coimbra, situadas em espaço geográfico privilegiado, tanto no contexto nacional, como ibérico, assumem-se historicamente como pólos, simultaneamente centralizadores e distribuidores de diversos destinos. Ao longo da história, ambas as localidades têm sido palco de passagem e fixação de povos e civilizações, com reflexos. -----

Considerando que há interesse mútuo de cooperação entre ambos os Municípios, com vista ao desenvolvimento de acções em benefício das respectivas populações, no que diz respeito à promoção de acções comuns, facilitando o intercâmbio a vários níveis, de que se destacam o social, cultural e desportivo. -----

Face ao exposto e para que o processo de geminação se efective, sob o ponto de vista formal, torna-se necessário providenciar os seguintes procedimentos administrativos, a saber: -----

a) Aprovação em sede de reunião de Câmara, do Documento "Carta Compromisso com vista à Geminação entre as cidades de Chaves e Coimbra", cuja minuta se anexa a esta informação; -----

b) Caso esta proposta mereça concordância por parte do executivo camarário, que desde já fique legitimado o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves a assinar a respectiva carta-compromisso.

c) Caso mereça concordância e aprovação no referido órgão autárquico, o mesmo assunto deverá ser encaminhado e agendado para a próxima reunião de Assembleia Municipal, para que esta possa também sancionar a respectiva Geminação entre Chaves e Coimbra. -----

À Consideração Superior, -----

A Técnica Superior -----

(Cláudia Araújo) -----

Em anexo: Minuta da Carta Compromisso com vista à Geminação entre as cidades de Chaves e Coimbra. -----

#### **CARTA-COMPROMISSO COM VISTA À GEMINAÇÃO ENTRE AS CIDADES DE CHAVES E COIMBRA** -----

##### **INTRODUÇÃO** -----

A Geminação entre cidades constitui um factor de grande importância na aproximação de povos, no cruzamento de culturas e no intercâmbio de conhecimentos, especialmente quando se verificam pontos de convergência e seja possível a realização de acções de cooperação nos domínios cultural, económico, educativo, social, desportivo e gestão autárquica, e outros que se revelem como essenciais para o estreitar de laços de amizade. -----

As cidades de Chaves e Coimbra, situadas em espaço geográfico privilegiado, tanto no contexto nacional, como ibérico, assumem-se historicamente como pólos, simultaneamente centralizadores e distribuidores de diversos destinos. Ao longo da história, ambas as localidades se têm assumido como palcos de passagem e fixação de povos e civilizações, com reflexos nos seus estatutos. De facto, de forma marcada, a velha "Aeminium" e a "Aquae Flaviae" são detentoras de forma comum de duas épocas com presença marcante: a civilização

romana e a Idade Média. Porém, no desfiar da história, outros episódios marcaram presença, em solo de ambas as localidades. -----  
Em contexto comum, Coimbra e Chaves oferecem-nos ainda hoje, pelos testemunhos das suas fontes históricas, a autenticidade da sua grandeza: Imperadores, Reis, Príncipes, Bárbaros, Árabes e outros povos comprovaram e rentabilizaram os valiosos recursos de cada território. -----

Dotadas de variadas reconstruções urbanísticas, revitalização populacional, iniciativas plurais vertidas na arquitectura, na arte, na educação e política, ambas as cidades se expandiram ao longo de séculos consubstanciadas no enriquecimento monumental (estilos românico e gótico), artístico (escultura e arte-sacra), religioso (consolidação e ampliação da Diocese Coimbrã; Igreja Matriz de Chaves), social (melhoria habitacional e definição das repúblicas estudantis em Coimbra), cultural e educacional (ensino, cultura e ciência), melhores acessibilidades (estradas, ruas e vielas; a ponte de pedra sobre o Mondego; construção de mais duas pontes sobre o Tâmega, para além da Ponte Romana de Trajano e recentemente a ponte pedonal), comercial (comércio e artesanato). -----

O legado romano está fortemente enraizado na cultura e história das duas cidades. Da época romana, Coimbra mantém um monumento de valor assinalável: o criptopórtico, localizado sob o antigo Paço, actual Museu Nacional de Machado de Castro. Esta estrutura constituiu o fórum imperial, espaço privilegiado para o encontro cívico e social e para o comércio. A planta e alçados do fórum perderam-se nas demolições e remodelações da cidade. A cidade de Chaves construiu-se em torno das Caldas Romanas, que permanecem hoje como espaço de tratamento de saúde e beleza – SPA do Imperador, fruto das águas termais, descobertas e rentabilizadas pelos romanos. Actualmente está prevista a musealização dos vestígios do complexo termal, edificado durante o período romano e descoberto durante as escavações feitas no Largo do Arrabalde, constituindo-se como o Museu das Termas Romanas de Chaves. Mantém como autentico ex-libris a monumental Ponte Romana de Trajano. -----

A época medieval trouxe as muralhas para manter a prosperidade dos territórios. Mantêm-se requalificados os Fortes de S. Francisco e S. Neutel, em Chaves e em Coimbra, a Torre de Anto e a Torre da Contenda. -----

I -----  
OBJECTIVOS -----

Coimbra "A Lusa Atenas" e Chaves "A Princesa do Tâmega" -----

Os contactos institucionais entre as autoridades municipais das duas cidades mencionadas neste documento, resultaram num entendimento recíproco da necessidade de cooperação e intercâmbio em vários domínios, onde se verificam significativos pontos convergentes, de que se salientam: -----

a) Ambas as cidades, banhadas por rios que unem as margens, o Mondego em Coimbra, o Tâmega em Chaves constituem, elo de ligação e não de separação; -----

b) Há um fio cultural condutor e identificador, com reflexos na história das duas cidades, com pendor comum assente na romanização e Idade Média; -----

c) Adjacência de férteis veigas; -----

d) As Termas e Balneários de um Complexo Termal que cresce e oferece as suas múltiplas valências à região e país; -----



e)A oferta turística e monumental através dos respectivos centros históricos As ruas medievais, comuns a Coimbra e Chaves. -----  
De referir aspectos pitorescos flavienses: as janelas, as varandas enfeitadas com vasos florais de barro preto de Nantes. Em Coimbra, a tipicidade é sobressaída pelas ruas estreitas, pátios, escadinhas e arcadas medievais. -----

f)Riqueza Arqueológica e Arquitectura de referência, nos edifícios religiosos e públicos; -----

g)Aculturação - Coimbra sempre foi o principal destino da juventude universitária flaviense. -----

h)Chaves, como terra de fronteira adquiriu recentemente outras valências através da criação da Euro-cidade Chaves/Verín e da melhoria de acessibilidades; -----

II -----

FINALIDADES -----

O acordo de geminação entre as cidades de Chaves e Coimbra, a celebrar, tem como finalidades: -----

a)Desenvolver e fomentar políticas destinadas à juventude, através de intercâmbios escolares e de outras acções que se venham a revelar necessárias para o aprofundamento e estreitamento do relacionamento entre as respectivas populações; -----

b)Permuta e partilha de acções sócio-culturais e desportivas, destinadas a todas as faixas etárias e camadas sociais dos dois municípios; -----

c)Permissão de benefícios aos conimbricenses idênticos aos partilhados pela Euro-cidade Chaves/Verín, no que diz respeito ao usufruto dos serviços do Complexo Termal das Caldas de Chaves - "O SPA do Imperador" da Rede de Museus Flavienses e actividades culturais; -----

d)Intercâmbio ao nível da gestão autárquica e da formação profissional; -----

e)Cooperação em outras áreas que se venham a desenvolver, comuns aos dois municípios. -----

III -----

PLANIFICAÇÃO -----

Todas as acções serão objecto de planificação em comum entre os dois municípios. -----

IV -----

DURAÇÃO -----

O presente acordo de geminação terá duração indeterminada. -----

V -----

DISPOSIÇÕES FINAIS -----

O presente acordo de geminação produzirá os seus efeitos após aprovação em sede de reunião de Câmara, pela Câmara Municipal de Chaves e pela Câmara Municipal de Coimbra, bem como o seu sancionamento pelas respectivas Assembleias Municipais, sendo autenticado com o selo branco e a assinatura pelas partes interessadas. -----

Junho de 2009 -----

O Presidente da Câmara Municipal -----  
de Chaves -----

(Dr. João Batista) -----

O Presidente da Câmara Municipal -----  
de Coimbra -----

(Dr. Carlos Encarnação) -----

**DESPACHO DO SR. DIRECTOR DE DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL DOUTOR ANTÓNIO RAMOS DE 2009.06.08-----**

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Presidente da Câmara. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2009.06.15-----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

#### IV

#### PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

##### **1. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À COOPERATIVA AGRÍCOLA NORTE TRANSMONTANA - CRL. PROPOSTA N.º 51/GAPV/2009. -----**

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

##### **I - Exposição de Motivos -----**

I.1 - Considerando que a Cooperativa Agrícola Norte Transmontana - CRL, pessoa colectiva com o número 500074526, veio solicitar a esta Autarquia comparticipação financeira para a concretização de acções de cariz pedagógico e cultural no âmbito das suas actividades de apoio à agricultura; -----

I.2 - Considerando que a Cooperativa Agrícola Norte Transmontana - CRL, promove acções de formação nas diferentes áreas nomeadamente nas relacionadas com as ciências agrárias; -----

I.3 - Considerando que as acções referenciadas têm como principais destinatários potenciais jovens agricultores a exercer a actividade no Concelho; -----

I.5 - Considerando que, no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea b), do número 4, do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro de 2002 pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar associações que tenham por finalidade a prossecução de natureza cultural desportiva e recreativa. -----

##### **II - Proposta em Sentido Estrito -----**

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, sou de submeter à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: ---

**a)** Apoiar financeiramente a Cooperativa Agrícola Norte Transmontana - CRL, na realização de acções de cariz pedagógico e cultural no âmbito das suas actividades de apoio à agricultura, através da atribuição de um subsídio no valor de 700,00€ (setecentos euros); -----

**b)** Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada à referida Associação; -----

**c)** Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta ao Departamento de Administração Geral para ulterior operacionalização;

**d)** Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo Camarário, dever-se-á promover a devida publicitação de tal liberalidade e para o fim em vista em Jornal Local e em Boletim Municipal; -----

e) A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte classificação económica: 04 07 01 01. -----  
 Chaves, 08 de Junho de 2009 -----  
 O Presidente da Câmara Municipal, -----  
 (João Gonçalves Martins Batista) -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## V

## ACÇÃO SOCIAL:

## VI

## PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

## 1- PLANEAMENTO

**1.1. ESTACIONAMENTO NO QUARTEIRÃO DA "ADEGA REGIONAL FAUSTINO" - ESTUDO BASE DE ARQUITECTURA. INFORMAÇÃO DO GABINETE PARA A REGENERAÇÃO URBANA.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - INTRODUÇÃO** -----

O presente parecer reporta-se ao estudo base de arquitectura de um parque de estacionamento, que a Câmara Municipal de Chaves deseja levar a efeito no interior do quarteirão da "Adega Regional Faustino"<sup>3</sup>. -----

Salienta-se que o estudo em causa, adjudicado à empresa Cândido Lopes + Nicolau Lopes - Arquitectos, Lda., corporiza a acção 2.5 do plano de acção da candidatura associada à Regeneração Urbana do Centro Histórico de Chaves, aprovada no âmbito do Eixo Prioritário IV - Qualificação do Sistema Urbano, pela Comissão Directiva do Programa Operacional Regional Norte, em 29 de Julho de 2008. -----

**II - A INTERVENÇÃO** -----

De uma forma sintética, o estudo em análise prevê o desenvolvimento do parque de estacionamento em quatro pisos, com entrada pela Rua Cândido dos Reis (Piso 1) e saída pela Rua de Sto. António (Piso 0), e contempla uma capacidade de recolha para 190 viaturas. Prevê ainda a salvaguarda e musealização de eventuais vestígios arqueológicos que possam ser encontrados no local, através da criação de um espaço específico para o efeito (Piso -1), que poderá ser concretizado ou não, mediante a importância do que vier ser exumado. -----

**III - ENTIDADES ESTRANHAS AO MUNICÍPIO** -----

Foram auscultadas as seguintes entidades que nos termos da lei deveriam emitir parecer sobre a pretensão: -----

- **Direcção Regional da Cultura do Norte (DCRN)**, face à inserção de parte do espaço a interencionar na área de protecção ao resto de muralhas militares existentes na cidade, classificadas como Monumento Nacional por via do Decreto n.º 28536, de 22/03/1938. ----

<sup>3</sup> Quarteirão delimitado pela rua Cândido dos Reis (Rua do Olival), Travessa Cândido dos Reis e Travessa do Loureiro.-----

- **Ministério da Economia e Inovação (MEI)**, através da **Direcção-Geral de Geologia e Energia (DGGE)**, face à inserção da área de intervenção no perímetro de protecção - zona intermédia - da água mineral natural a que corresponde o n.º HM-9 (Caldas de Chaves). ---  
A título de mera consulta auscultaram-se ainda as seguintes entidades: -----

- **Delegação de Saúde de Chaves**, dado o cariz público da utilização que se deseja para o edifício a construir; -----

- **Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC)**, através do **Comando de Operação de Socorro de Vila Real**, dado tratar-se da entidade competente para assegurar o cumprimento do regime de segurança contra incêndios em edifícios. -----

A DCRN, através da informação que nos enviou a coberto do seu ofício n.º S-2009/217742 (C.S:616384), de 26/05/2009, emite parecer favorável condicionado ao estudo. Embora, do ponto de vista arquitectónico a DCRN não suscite quaisquer reservas à proposta de intervenção, condiciona o incremento da mesma à realização de uma prévia escavação arqueológica e, em função dos resultados obtidos, do estabelecimento de um programa museográfico e elaboração do correspondente projecto de arquitectura do espaço previsto especificamente para o efeito (piso -1). -----

A DGGE, através do seu ofício n.º 007113, de 18 de Maio de 2009, emite um parecer prévio favorável á obra consubstanciada pelo estudo em causa, condicionando a emissão do seu parecer definitivo ao cumprimento dos seguintes requisitos: -----

- Entrega naquela Direcção do projecto de execução, acompanhado do parecer favorável a emitir, se for o caso, pelo Director Técnico da exploração das Caldas de Chaves; -----

- Que as acções descritas no projecto de execução, bem como quaisquer eventuais intervenções que dele decorram, sejam acompanhadas, caso a caso, pelo Director Técnico das Caldas de Chaves. -----

A Delegação de Saúde de Chaves, a coberto do seu ofício n.º 262, de 14/05/2009, suscita uma série de questões que, independentemente da pertinência das mesmas, em termos meramente técnicos poderão ser facilmente anuladas no desenvolvimento do estudo em apreço para projecto de execução. -----

A ANPC, por via do seu ofício n.º 027929/2009, de 13/05/2009, suscita também algumas questões relacionadas com as paredes exteriores do edifício e com o sistema funcional de evacuação do mesmo, as quais poderão também ser dirimidas e acauteladas no desenvolvimento do subsequente projecto de execução e no projecto de segurança contra incêndios (SCIE). -----

#### **IV - ANÁLISE** -----

Da análise efectuada por estes serviços ao estudo em causa, sobressaem as seguintes questões que, à semelhança das suscitadas pelas entidades externas ao Município, podem - e devem - ser consideradas no subsequente projecto de execução, ou seja: -----

- A necessidade de se garantir, em todo o paramento a ser edificado ao longo da Travessa do Loureiro, o afastamento legal determinado pelo artigo 59.º, do Regulamento Geral de Edificações Urbanas. Neste sentido, deverá ser reponderada a implantação e o desenvolvimento das comunicações verticais previstas. -----

- A necessidade de se acautelar eventuais constrangimentos decorrentes do "design" oblíquo adoptado para alguns dos pilares

previstos, mais concretamente no que concerne a altura livre deixada por estes em espaços que serão utilizados para circulação e manobras. -----

- A necessidade de se acautelar e esclarecer o acesso às propriedades privadas existentes no local, a partir da rampa que irá ser utilizada para acesso ao parque (Acesso pela Rua do Olival). ---

- A necessidade de se clarificar o relacionamento funcional do parque com o espaço público envolvente, nomeadamente: -----

o A intervenção a ser efectivada na Travessa Cândido dos Reis, através do redefinição da esterotomia do seu pavimento, que terá de ser em parte reformulada, face a rampa projectada para acesso à Travessa do Loureiro; -----

o A atenuação dos conflitos entre peões e automóveis, que poderão ocorrer na saída do parque, na Rua de Santo António; -----

o O tratamento (requalificação) a ser conferido à Travessa do Loureiro. -----

No que concerne ao custo estimado para a construção, verifica-se que o estudo em causa aponta para um montante de 2.695.000,00 €, valor que ultrapassa em 1.553.993,90 € o custo de 1.141.006,10 € definido para a realização da obra no plano de acção da candidatura referida no início deste documento. Esclarece-se que este acréscimo decorre da circunstância de se duplicarem o número de pisos inicialmente previstos para o parque de estacionamento propriamente dito (de dois passou para quatro) e da necessidade de se prever a salvaguarda e a musealização de eventuais vestígios arqueológicos que possam ser encontrados no local, através da criação de um espaço específico para o efeito (Piso -1). Tais circunstâncias, no entanto, não implicam em prejuízo de que na fase de projecto de execução seja procurada, dentro do possível, a redução dos custos de obra. -----

## **V - CONCLUSÃO** -----

Uma vez que as questões focadas no capítulo anterior podem - e devem - ser acauteladas no desenvolvimento do estudo em presença para projecto de execução, considera-se por bem, nestes termos, propor ao Executivo Municipal a sua aprovação, ainda que de forma condicionada. -----

Nos termos do n.º 2, da Cláusula 5.ª, do contrato celebrado para a concepção do projecto, a empresa adjudicatária dispõe de um prazo de 30 dias a contar da aprovação deste estudo base, para apresentar o subsequente projecto de execução, o qual deverá incluir os seguintes estudos de especialidades: -----

- Projecto de arquitectura (*incluindo plano de acessibilidades que demonstre a rede de espaços, circuitos e equipamentos acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada*); -----

- Projecto de estabilidade; -----

- Projecto de distribuição e infra-estruturas eléctricas; -----

- Projecto de redes prediais de águas e esgotos; -----

- Projecto de águas pluviais; -----

- Projecto de arranjos exteriores; -----

- Projecto de infra-estruturas de telecomunicações e de rede de dados; -----

- Projecto de instalações mecânicas (*exaustão, aquecimento de água e transporte de pessoas e cargas*); -----

- Projecto de segurança contra incêndios (SCIE); -----

- Projecto de segurança contra intrusão; -----

- Projecto acústico; -----  
 - Plano de Segurança e Saúde - fase de projecto. -----  
 Em conclusão, do conteúdo dos pareceres emitidos pelas entidades  
 externas ao Município, deverá ser dado conhecimento à empresa  
 adjudicatária, à qual se recomenda a promoção, junto de tais  
 organismos, das diligências necessárias à anuição por parte dos  
 mesmos, dos ajustes á introduzir nos projectos que irá conceber. ---  
 À consideração superior -----  
 Chaves, 1 de Junho de 2009 -----  
 O Técnico -----  
 José Paulo Roxo Pires da Fonte -----  
**DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. ANTONIO CABELEIRA DE**  
**2009.06.02.** -----  
 Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade,  
 concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o  
 teor da mesma. -----

## **1.2. REABILITAÇÃO DE UM EDIFÍCIO PARA A CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE CONVÍVIO E OUTROS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS - ESTUDO PRÉVIO INFORMAÇÃO DO GABINETE PARA A REGENERAÇÃO URBANA.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se  
 transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

### **I - INTRODUÇÃO** -----

Tendo em vista a instalação de um Centro de Convívio e outros  
 equipamentos para a prestação de serviços públicos, a empresa  
 Engitâmega - Construções, Projectos e Consultadoria, Lda., no dia 29  
 de Abril do ano em curso, entregou neste Gabinete o estudo prévio  
 para a reabilitação e ampliação de um edifício situado entre a rua  
 Cândido Sotto Maior e o Canto do Jardim, recentemente adquirido pela  
 Câmara Municipal. -----

O presente parecer respeita, portanto, à análise efectuada por estes  
 serviços técnicos ao referido estudo, de modo a sugerir ao Executivo  
 Municipal uma tomada de posição sobre o mesmo. -----

De salientar que o estudo em causa consubstancia, na parte  
 respeitante ao Centro de Convívio, a acção 2.7 do plano de acção da  
 candidatura associada à Regeneração Urbana do Centro Histórico de  
 Chaves, aprovada no âmbito do Eixo Prioritário IV - Qualificação do  
 Sistema Urbano, pela Comissão Directiva do Programa Operacional  
 Regional Norte, em 29 de Julho de 2008. -----

### **II - A INTERVENÇÃO** -----

De uma forma sintética, o estudo em análise visa dotar o edifício a  
 intervencionar das condições adequadas à instalação dos seguintes  
 equipamentos: -----

- Posto de Atendimento ao Cidadão (no piso 0). -----
- Loja e sede da Cruz Vermelha (nos pisos 0 e 1). -----
- Centro de Convívio (nos pisos 0 e 1). -----
- Sede da Associação Chaves Social (no piso 1). -----
- Espaço para mediação laboral (no piso 2). -----
- Quatro gabinetes com pontos de água, destinados à eventual  
 prestação de cuidados de saúde primários (no piso 2). -----

De frisar que o Posto de Atendimento ao Cidadão foi já objecto de  
 projecto de execução, tendo o mesmo sido aprovado pela Câmara  
 Municipal em sua reunião ordinária de 2 de Abril de 2009. -----

### III - ENTIDADES ESTRANHAS AO MUNICÍPIO -----

Face à inserção de parte da construção a intervencionar na área de protecção ao resto de muralhas militares existentes na cidade de Chaves, classificadas como Monumento Nacional por via do Decreto n.º 28536, de 22/03/1938, foi consultada a **Direcção Regional da Cultura do Norte** (DRCN). -----

A título de mera consulta, entendeu-se por bem auscultar ainda as seguintes entidades: -----

- **Delegação de Saúde de Chaves**, dado o cariz da utilização que se deseja para a edificação a intervencionar; -----

- **Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC)**, através do **Comando de Operação de Socorro de Vila Real**, dado tratar-se da entidade competente para assegurar o cumprimento do regime de segurança contra incêndios em edifícios. -----

Em relação ao parecer solicitado à DRCN, cumpre informar que até a presente data não foi recepcionado por estes serviços qualquer tomada de posição por parte de tal entidade. O n.º 4, do artigo 13.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, estipula que "*As entidades consultadas devem pronunciar-se no prazo de 20 dias a contar da data de disponibilização do processo.*". Já o n.º 5, do mesmo preceito legal, reza que se deve considerar "... *haver concordância daquelas entidades com a pretensão formulada se os respectivos pareceres, autorizações ou aprovações não forem recebidos dentro do prazo.*". Tendo sido o presente estudo recepcionado pela DRCN no dia 06/05/2009, essa entidade deveria nos ter feito chegar o seu parecer, o mais tardar, até o dia 03/06/2009. Neste contexto, julgo que se poderá considerar haver concordância por parte da DRCN em relação ao projecto em causa. -----

Também em relação às entidades auscultadas a mero título consultivo, estes serviços, até a presente data, não recepcionaram qualquer dos pareceres solicitados. Assim, dentro da filosofia patenteada nos mencionados números 4 e 5, considera-se lícita a presunção de que tais entidades não possuem reparos a suscitar. -----

### IV - ANÁLISE -----

Da análise efectuada por estes serviços ao estudo apresentado, considera-se por bem tecer as seguintes observações: -----

- No Centro de Convívio, a instalação sanitária destinada ao pessoal deverá ser desdobrada para ambos os sexos, dando assim cumprimento ao n.º 1, do ponto 20.º, da Portaria n.º 986/93, de 6 de Outubro. -----

- É de todo recomendável que em cada um dos balneários do Centro de Convívio seja prevista a instalação de uma cabine de retrete. ---

- É também de todo recomendável, face às características geralmente associadas aos utentes do Centro de Convívio, que o lance de escadas que liga os dois pisos previstos possua um patamar intermédio. -----

- O Programa Preliminar que instruiu o procedimento que levou à adjudicação do projecto em causa aponta para a introdução, no Centro de Convívio, de uma pequena copa para confecção de refeições ligeiras. Neste sentido, sugere-se que a cozinha prevista seja repensada em termos de área e de articulação funcional com o espaço de estar/refeitório (proximidade e ligação). -----

No que concerne ao custo estimado para a construção, verifica-se que o estudo em causa aponta para um montante de 400.353,55 €, incluindo

o custo inerente ao Posto de Atendimento ao Cidadão. Este valor ultrapassa em 252.759,04 € o custo de 147.594.51 € definido para a realização da obra no plano de acção da candidatura referida no início deste documento. Tal acréscimo é, no entanto, justificável se atentarmos ao novo programa estabelecido para a intervenção, que não se limita ao Centro de Convívio propriamente dito, antes acrescenta outras valências ao edifício a intervencionar, de modo a conferir alguma racionalidade ao aproveitamento do espaço disponível. -----

#### **V - CONCLUSÃO** -----

As questões suscitadas no capítulo anterior enquadram-se no conceito de meros ajustamentos, os quais poderão - e deverão - ser acautelados no desenvolvimento do estudo em análise para projecto de execução. Nestes termos, considero por bem propor ao Executivo Municipal a aprovação do estudo prévio em causa. -----

Nos termos do n.º 2, da Cláusula 5.ª, do contrato celebrado para a concepção do projecto, a empresa adjudicatária dispõe de um prazo de 40 dias a contar da aprovação deste estudo prévio, para apresentar o projecto de execução, o qual deverá incluir os seguintes estudos de especialidades: -----

- Projecto de arquitectura (incluindo plano de acessibilidades que demonstre a rede de espaços, circuitos e equipamentos acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada); -----
- Projecto de estabilidade; -----
- Projecto de distribuição e infra-estruturas eléctricas; -----
- Projecto de instalação de gás; -----
- Projecto de redes prediais de águas e esgotos; -----
- Projecto de águas pluviais; -----
- Projecto de arranjos exteriores (tratamento do pátio existente); -----
- Projecto de infra-estruturas de telecomunicações e de rede de dados; -----
- Projecto de instalações mecânicas (aquecimento de água e climatização tendo como referência a utilização de energias renováveis e o articulado do RSECE e RCCTE); -----
- Projecto de segurança contra incêndios (SCIE); -----
- Projecto de segurança contra intrusão; -----
- Projecto acústico; -----
- Plano de Segurança e Saúde - fase de projecto. -----

À consideração superior -----

Chaves, 15 de Junho de 2009 -----

O Técnico -----

José Paulo Roxo Pires da Fonte -----

**DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ARQTO. CASTANHEIRA PENAS, DE 2009.06.15.** -----

Visto. Concorde. À reunião de câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

## **2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO**

## **3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE EDIFICAÇÃO**



**3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR, EM REGIME DE TEMPO INTEIRO, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ARQT. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----**

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º1. --  
-----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**

**3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, ENG. CONCEIÇÃO MARTINS, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS. -----**

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º2 --  
-----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**

**3.3. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO CHEFE DE DIVISÃO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO, ARQ. ANTÓNIO MALHEIRO, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS. -----**

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º3 ---  
-----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**

**3.4. RECONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE EXPOSIÇÃO E VENDA AO PÚBLICO - PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO - TAVARES & MOREIRA - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LDA - SITO NA AV. DO ESTÁDIO N.º 33 - FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENG.BRANCA MANUELA GIL FERREIRA DATADA DE 2009/06/03**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**1.-Introdução -----**

1.1.- Tavares & Moreira - Materiais de Construção, apresenta sob requerimento n.º 1255/09 referente ao processo n.º 159/09, pedido de licenciamento, para remodelação e ampliação de um edifício destinado a exposição e venda ao público de artigos de decoração e design - estabelecimento comercial, situado na av.ª do Estádio - n.º 33, freguesia de Santa Maria Maior no concelho de Chaves. -----

**2.-Antecedentes -----**

2.1.- No que diz respeito a antecedentes do presente processo, o requerente é titular do processo n.º 550/05, para reconstrução do edifício, objecto do presente pedido, tendo sido deferido por deliberação de Câmara datada de 2005-11-17. -----

**3.-Instrução do pedido -----**

3.1.- O processo está instruído de acordo com o disposto no artigo 11<sup>4</sup> da Portaria 232/2008 de 11 de Março, designadamente: -----

---

<sup>4</sup> 11.º - Licenciamento de obras de edificação -----

- 
- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----
  - Extracto da planta de ordenamento, do plano Director Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra; -
  - Projecto de arquitectura; -----
  - Memória descritiva e justificativa; -----
  - Estimativa do custo total da obra; -----
  - Calendarização da execução da obra; -----
  - Termos de responsabilidade (arquitECTURA), subscrito pelo autor do projecto de arquitectura, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----
  - Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1:200; -----
  - Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----
  - Alçados à escala de 1:100 com a indicação das cores e dos materiais dos elementos que constituem as fachadas e a cobertura; --
  - Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100; -----
  - Desenhos de alterações; -----
  - Projectos de especialidades; -----
  - Livro de obra; -----
  - Termo de responsabilidade assinado pelo director de obra; -----
- 

- 1 - O pedido de licenciamento de obras de edificação em áreas abrangidas por plano de pormenor, plano de urbanização ou plano director municipal deve ser instruído com os seguintes elementos: --
- a) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação; -----
  - b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----
  - c) Extractos das plantas de ordenamento, zonamento e de implantação dos planos municipais de ordenamento do território vigentes e das respectivas plantas de condicionantes, da planta síntese do loteamento, se existir, e planta à escala de 1:2500 ou superior, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra; ----
  - d) Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano director municipal ou à escala de 1:25 000 quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação; -----
  - e) Extractos das plantas do plano especial de ordenamento do território vigente; -----
  - f) Projecto de arquitectura; -----
  - g) Memória descritiva e justificativa; -----
  - h) Estimativa do custo total da obra; -----
  - i) Calendarização da execução da obra; -----
  - j) Quando se trate de obras de reconstrução deve ainda ser junta fotografia do imóvel; -----
  - n) Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projectos e coordenador de projecto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----
  - p) Acessibilidades - desde que inclua tipologias do artigo 2.º do Decreto -Lei n.º 163/2006. -----

-Plano de segurança e saúde; -----  
 - Alvará de empreiteiro; -----  
 - Seguro; -----

3.2.- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total de 808 m<sup>2</sup> e está inscrito na matriz com o n.º 1325 e descrito na conservatória sob o n.º 4184 da freguesia de Santa Maria Maior. -----

4.- Localização -----



Localização do imóvel.

5.- Enquadramento da pretensão -----

5.1.- No regime jurídico -----

5.1.1.- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto na alínea c) do n.º 2 art.º 4<sup>5</sup> do Dec.- Lei 555/99 alterado e republicado pela Lei 60/2007 de 4 de Setembro, por se tratar de obras de construção de alteração e de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento, estando deste modo sujeito a licença administrativa. -----

5.2.- Nas disposições do Plano Director Municipal

5.2.1.- O terreno tem na sua totalidade 808.00 m<sup>2</sup> (segundo prova documental - Certidão da Conservatória do Registo Predial) e está inserido em espaço urbano e urbanizável, categoria 1.1 - Cidade de Chaves, em conformidade com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal. -----

5.2.2.- Segundo a planta de condicionantes n.º 34 A sobre o terreno não impede nenhuma servidão ou restrição de utilidade pública. ----

5.3.- Com as orientações de estudos urbanísticos de gestão territorial -----

---

<sup>5</sup> Artigo 4.º - Licença -----

1 - A realização de operações urbanísticas depende de prévia licença, nos termos e com as excepções constantes da presente secção. -----

2 - Estão sujeitas a licença administrativa: -----

a) As operações de loteamento; -----

b) As obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento; -----

c) As obras de construção, de alteração e de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento; -----

5.2.1.- Face às plantas de zonamento da proposta de Plano de Urbanização de Chaves<sup>6</sup>, insere-se em zona de densidade superior, designada por R1, para a qual está prevista uma edificabilidade máxima de 1.20 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> (índice de construção) e um número máximo de seis pisos acima do solo (r/chão + 5 andares). -----

6.- Análise da pretensão -----

6.1.- Da análise do projecto apresentado constata-se que o requerente propõe o seguinte: -----

6.1.1.- É pretensão do requerente remodelar/ampliar um edifício preexistente de r/chão, para exposição e venda ao público de artigos de decoração e design. -----

6.1.2.- De acordo com as características do imóvel, julgo, tratar-se de uma preexistência. É proposta uma área bruta de construção de 507.20 m<sup>2</sup> (área preexistente + área ampliada -alçado frontal), distribuída por um só piso - r/chão; -----

6.1.3.- Na categoria de espaços, em que se insere o imóvel a intervir, o índice de construção é de 1.20m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> aplicado á área da parcela, ou seja, (área do terreno inserido x índice de construção) = 808.00 m<sup>2</sup> x 1.20m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> = 969.60 m<sup>2</sup> (máxima área bruta de construção permitida) > 507.20m<sup>2</sup> (área bruta de construção peexistente + área a ampliar proposta); -----

6.1.4.- Há também modificações ao nível das fachadas (materiais, vãos e escadas exteriores) e compartimentação interior (criação de instalações sanitárias, escritório e arrumos); -----

6.1.5. Dado o núcleo antigo, em que se insere o imóvel a intervir, pode ser dispensado do cumprimento dos lugares mínimos de estacionamento, previstos na alínea a) e b) do n.º 3 do art.12<sup>7</sup> do Plano Director Municipal, em conformidade com o disposto no seu n.º 4; -----

6.1.6.- O projecto de arquitectura está de acordo com o estipulado no n.º1 e 2 do art.º 20 do DL 555/99, de 16 de Dezembro e Ulteriores

---

<sup>6</sup> É de 1994, sendo o instrumento de planeamento em fase de concepção, cujas orientações têm sido adoptadas pelos serviços técnicos, desta autarquia, para efeitos de limitação das zonas previstas no n.º 1 do art.º 73 do Reg. do P.D.M. -----

<sup>7</sup> Artigo 12º - Áreas para estacionamento de veículos -----

1 - Todas as novas edificações terão de dispor, dentro do perímetro do respectivo lote ou das suas partes comuns privadas, quando existam, de espaços destinados ao estacionamento de veículos automóveis, sendo a sua área mínima estabelecida em função dos destinos de uso do edifício e da sua dimensão. -----

2 - Os parâmetros para o dimensionamento das áreas mínimas destinadas a estacionamento serão estabelecidos através de regulamento municipal, planos de urbanização ou projectos de ordenamento urbanístico. -----

3 - Sem prejuízo de regras mais exigentes que sejam impostas por legislação de carácter geral ou do que o regulamento, planos ou projectos mencionados no número anterior venham a instituir, terão de garantir-se cumulativamente os seguintes mínimos de lugares de estacionamento: -----

a) Um lugar por cada fogo; -----

b) Um lugar por cada 200 m<sup>2</sup> de área bruta de construção em moradias unifamiliares; -----

Alterações e conforme n.º1 e 5 do art.º11 da Portaria 232/2008 de 11 de Março; -----

7.- PARECERES INTERNOS -----

7.1.- Foi solicitado parecer a Divisão de Abastecimento Público, sobre as infra-estruturas hidráulicas, a qual emite parecer favorável datado de 2009-05-27; -----

8.- Especialidades -----

8.1.- O processo está instruído de acordo com o n.º 5 do art.º11 da Portaria 232/2008 de 11 de Março, pelo que os projectos de especialidades, encontram-se em condições de merecer parecer favorável. -----

9.- Proposta de decisão -----

9.1.-Propõe-se a **aprovação** do projecto de arquitectura e especialidades apresentado sob requerimento n.º 1255/09. -----

9.2.- O requerente no mesmo requerimento solicita ainda a emissão de alvará, apresentando os elementos previstos no ponto 1 do nr.º 3 da Portaria 216-E/2008 de 3 de Março), em conformidade com o disposto no nr.º1 do artigo 76 do Dec.-Lei 555/99, com as alterações introduzidas pelo Dec.-Lei 177/01 e com a redacção dada pela Lei 60/07 de 4 de Setembro, pelo que se emite **parecer favorável** ao pedido formulado pelo requerente. -----

➤ Deve ainda apresentar CD, com os níveis de informação, em conformidade com o disposto na alínea f) do n.º 3 do art.º 11 do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação e Tabelas de Taxas e Licenças devidas pela realização de Operações Urbanísticas.

À Consideração Superior. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/06/15.** -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

**À Consideração Superior.** -----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/06/15.** -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.5. HABITAÇÃO COLECTIVA - APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ARQUITECTURA - EDIFLAVIUS - CONSTRUÇÕES LDA - SITO NO ALTO DA TRINDADE - SANTA CRUZ/TRINDADE - FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENG.BRANCA MANUELA GIL FERREIRA DATADA DE 2009/05/28** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1.-INTRODUÇÃO -----

1.1.- Ediflavius - construções, Lda, apresenta sob requerimento n.º 4018/08 referente ao processo n.º 305/07, pedido de licenciamento, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação - construção de um edifício, com 2 blocos de cave, r/chão e 2 andares, destinado a habitação colectiva a levar a efeito no Alto da Trindade - Santa Cruz/Trindade, freguesia de Outeiro Seco no concelho de Chaves. -----

2.-ANTECEDENTES -----

- 2.1.- Em 2007-07-12, o requerente solicita sob requerimento n.º2151/07, informação prévia para construção de um edifício de habitação colectiva, a levar a efeito no Alto da Trindade - Santa Cruz/Trindade, freguesia de Outeiro Seco. -----
- 2.2.- Foi enviado o pedido de informação prévia á DOTPU, para emissão de parecer, a qual emite parecer datado de 2007-11-22. -----
- 2.3.- No âmbito do mesmo pedido, de informação prévia, foi solicitado parecer ao Quartel General da Região Norte, o qual emite parecer favorável com a condicionante de respeitar a altura das construções envolventes. -----
- 2.4.- Em 2008-04-08, sob requerimento n.º 1325/08, o requerente apresentou pedido de aprovação do Projecto de arquitectura, sobre o qual recai despacho datado de 2008-07-03, no sentido de esclarecer/completar algumas omissões ou deficiências do processo. -
- 2.5.- Em 2008-07-14, sob requerimento n.º 2448/08, o requerente apresentou elementos, sobre o qual recai despacho no sentido de rejeição liminar do pedido. -----
- 2.6.- Sob requerimento n.º 3347/08, datado de 2008-09-23, o requerente apresenta uma nova solução de acesso ao terreno, pelo que foi o processo enviado á DOTPU, para emissão de parecer. Aquela Divisão emitiu conveniente parecer datado de 2008-11-07, o qual já foi dado conhecimento ao requerente para cumprimento, por despacho datado de 2008-11-25. -----
- 2.7.- Em 2008-11-20, sob requerimento n.º 4018/08, o requerente apresenta elementos para cumprimento do parecer da DOTPU. -----
- 2.8.- Por despacho datado de 2008-12-12, e face á servidão de utilidade pública que impede sobre o terreno, designadamente, Servidão Militar do Quartel do Alto da Trindade, foi solicitado parecer ao Quartel General da Região Militar Norte. -----
- 3.-INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----
- 3.1.- O processo está instruído de acordo com o disposto no artigo 11<sup>8</sup> da Portaria 232/2008 de 11 de Março, bem como de acordo com o

- 
- <sup>8</sup> 11.º - Licenciamento de obras de edificação -----
- 1 - O pedido de licenciamento de obras de edificação em áreas abrangidas por plano de pormenor, plano de urbanização ou plano director municipal deve ser instruído com os seguintes elementos: --
- a) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação; -----
- b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----
- c) Extractos das plantas de ordenamento, zonamento e de implantação dos planos municipais de ordenamento do território vigentes e das respectivas plantas de condicionantes, da planta síntese do loteamento, se existir, e planta à escala de 1:2500 ou superior, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra; -----
- d) Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano director municipal ou à escala de 1:25 000 quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação; -----
- e) Extractos das plantas do plano especial de ordenamento do território vigente; -----
- f) Projecto de arquitectura; -----
- g) Memória descritiva e justificativa; -----
- h) Estimativa do custo total da obra; -----

n.º1 do art.º 11º do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação, designadamente: -----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----

- Extracto da planta de ordenamento, do plano Director Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra; -

- Projecto de arquitectura; -----

- Memória descritiva e justificativa; -----

- Estimativa do custo total da obra; -----

- Calendarização da execução da obra; -----

- Termos de responsabilidade (arquitECTURA), subscrito pelo autor do projecto de arquitectura, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----

- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1:200; -----

- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----

- Alçados à escala de 1:100 com a indicação das cores e dos materiais dos elementos que constituem as fachadas e a cobertura; --

- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100; -----

- Plano de acessibilidades; -----

3.2.- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio rústico tem a área total de 2304.08 m<sup>2</sup> e está inscrito na matriz com o n.º 157 e descrito na conservatória sob o n.º 3454 da freguesia de Outeiro Seco. -----

4.- LOCALIZAÇÃO -----

4.1.- A parcela de terreno tem a área de 2304.08 m<sup>2</sup>, e confronta a Nascente com estrada; -----

5.- ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----

5.1.- No regime jurídico -----

---

i) Calendarização da execução da obra; -----

j) Quando se trate de obras de reconstrução deve ainda ser junta fotografia do imóvel; -----

l) Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor; -----

m) Projectos da engenharia de especialidades caso o requerente entenda proceder, desde logo, à sua apresentação; -----

n) Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projectos e coordenador de projecto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----

o) Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar; -----

p) Acessibilidades – desde que inclua tipologias do artigo 2.º do Decreto -Lei n.º 163/2006. -----

<sup>9</sup> Requerimento e Instrução -----

1. O requerimento inicial de informação prévia, de licença ou comunicação relativo a todos os tipos de operações urbanísticas obedece ao disposto nos artigos 8.º a 10.º, do Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores alterações, e deve ser acompanhado dos elementos instrutórios previstos na Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março, para além dos documentos especialmente referidos no aludido diploma legal. -----

- 5.1.1.- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto na alínea c) do n.º 2 art.º<sup>10</sup> do Dec.- Lei555/99 alterado e republicado pela Lei 60/2007 de 4 de Setembro, por se tratar de obras de construção em área não abrangida por operação de loteamento, estando deste modo sujeito a licença administrativa. ---
- 5.2.- Nas disposições do Plano Director Municipal -----
- 5.2.1.- O terreno tem na sua totalidade 2304.10 m<sup>2</sup> (segundo prova documental - Certidão da Conservatória do Registo Predial) e está inserido em espaço urbano e urbanizável, categoria 1.1 - Cidade de Chaves, em conformidade com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal; -----
- 5.2.2.- Segundo a planta de condicionantes n.º 34 A, sobre o terreno impede uma servidão de utilidade pública, designadamente: -----
- 5.2.2.1. - Servidão Militar das instalações militares constituídas pelo Quartel do Alto da Trindade, Carreira de Tiro e Forte de São Neutel em Chaves, de acordo com Decreto 25/70. -----
- 5.3.- Com as orientações de estudo urbanísticos de gestão territorial -----
- 5.3.1.- Face às plantas de zonamento da proposta de Plano de Urbanização de Chaves<sup>11</sup>, insere-se em zona de densidade média, designada por R2, para a qual está prevista uma edificabilidade máxima de 0.80m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> (índice de construção) e um número máximo de quatro pisos acima do solo (r/chão + 3 andares). -----
- 6.- CONSULTA A ENTIDADES EXTERNAS AO MUNICIPIO -----
- 6.1.- No âmbito do presente licenciamento foi consultada a seguinte entidade: -----
- 6.1.1.- Quartel General da Região Militar Norte (Direcção de Infra-estruturas do Exército), a qual emite parecer favorável datado de 2009-05-25, nos termos da informação anexa que se deve dar conhecimento ao requerente para cumprimento. -----
7. PARECERES INTERNOS -----
- 7.1.- No âmbito do presente licenciamento, foi ainda consultada a Divisão de Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico, a qual emite parecer favorável, nos termos da informação constante do processo, datado de 2008-11-07, da qual já foi dado conhecimento ao requerente. -----
- 8.- ESPECIFICAÇÕES DO PEDIDO -----

---

<sup>10</sup> Artigo 4.º - Licença -----  
 1 - A realização de operações urbanísticas depende de prévia licença, nos termos e com as excepções constantes da presente secção. -----

2 - Estão sujeitas a licença administrativa: -----  
 a) As operações de loteamento; -----  
 b) As obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento; -----  
 c) As obras de construção, de alteração e de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento; -----

<sup>11</sup> É de 1994, sendo o instrumento de planeamento em fase de concepção, cujas orientações têm sido adoptadas pelos serviços técnicos, desta autarquia, para efeitos de limitação das zonas previstas no n.º 1 do art.º 73 do Reg. do P.D.M. -----



8.1- De acordo com o disposto no n.º 5 do art.º 57<sup>12</sup> do Dec.-Lei555/99 alterado e republicado pela Lei 60/2007 de 4 de Setembro e alíneas a) e b) do art.º 8<sup>13</sup> do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação e Tabelas de Taxas e Licenças devidas pela realização de Operações Urbanísticas, a operação urbanística em análise tem impacto semelhante a uma operação de loteamento, pelo facto de dispor de 2 caixas de escadas e 12 fracções autónomas. ----

8.2.-Considerando ainda que a operação urbanística em análise tem impacto semelhante a uma operação de loteamento, face ao disposto nos artigos 43<sup>14</sup> e 44<sup>15</sup> do Dec.-Lei555/99 alterado e republicado pela

---

<sup>12</sup> Artigo 57.º - Condições de execução -----  
(...) -----

5 - O disposto no artigo 43.º é aplicável aos procedimentos de licenciamento ou de comunicação prévia das obras referidas nas alíneas c), d) e e) do n.º 2 do artigo 4.º, bem como às previstas nas alíneas c), d), e) e f) do n.º 1 do artigo 6.º, quando respeitem a edifícios contíguos e funcionalmente ligados entre si, que determinem, em termos urbanísticos, impactes semelhantes a uma operação de loteamento, nos termos a definir por regulamento municipal. -----

<sup>13</sup> Artigo 8.º - Impacte semelhante a uma operação urbanística de loteamento -----

Para efeitos de aplicação do disposto no n.º 5 do artigo 57.º Do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, e ulteriores alterações, os edifícios contíguos e funcionalmente ligados entre si determinam, em termos urbanísticos, impactes semelhantes a uma operação de loteamento quando reúnam as seguintes características: -----

a) Toda e qualquer construção que disponha de mais de duas caixas de escadas de acesso comum a fracções autónomas; -----

b) Toda e qualquer construção que disponha de 20 ou mais fracções autónomas. -----

<sup>14</sup> Artigo 43.º -Áreas para espaços verdes e de utilização colectiva, infra -estruturas e equipamentos -----

1 - Os projectos de loteamento devem prever áreas destinadas à implantação de espaços verdes e de utilização colectiva, infra -estruturas viárias e equipamentos. -----

2 - Os parâmetros para o dimensionamento das áreas referidas no número anterior são os que estiverem definido sem plano municipal de ordenamento do território. -----

3 - Para aferir se o projecto de loteamento respeita os parâmetros a que alude o número anterior consideram -se quer as parcelas de natureza privada a afectar àqueles fins quer as parcelas a ceder à câmara municipal nos termos do artigo seguinte. -----

4 - Os espaços verdes e de utilização colectiva, infra-estruturas viárias e equipamentos de natureza privada constituem partes comuns dos lotes resultantes da operação de loteamento e dos edifícios que neles venham a ser construídos e regem -se pelo disposto nos artigos 1420.º a 1438.º -A do Código Civil. -----

<sup>15</sup> Artigo 44.º Cedências -----

1 - O proprietário e os demais titulares de direitos reais sobre o prédio a lotear cedem gratuitamente ao município as parcelas para implantação de espaços verdes públicos e equipamentos de utilização colectiva e as infra -estruturas que, de acordo com a lei e a licença ou comunicação prévia, devam integrar o domínio municipal. -

Lei 60/2007 de 4 de Setembro e terá de cumprir designadamente, as áreas de cedência, espaços verdes e equipamentos, dando cumprimento ao disposto na Portaria n.º 216 - B/2008 de 3 de Março. -----

#### 9.- ANÁLISE DA PRETENSÃO -----

9.1.- Da análise do projecto apresentado constata-se que: -----

9.1.1.- A proposta apresentada, prevê a construção de um edifício constituído por dois blocos, 2 caixas de escadas, que estão interligados através da cave destinada a estacionamento. Cada bloco é composto por cave, r/chão 1.º e 2.º andar, composto por 2 fogos cada, fazendo um total de 12 apartamentos, com a seguinte distribuição por piso: -----

9.1.1.1.- R/chão: 4 fogo tipo T3 ; -----

9.1.1.2.- 1.º e 2.º pisos: 4 fogos tipo T3; -----

9.1.1.3.- Na cave são previstos 18 lugares de estacionamento, o que respeita o disposto na Portaria n.º 216 - B/2008 de 3 de Março; ----

9.1.2.- O requerente propõe uma área bruta de construção de 1823.56 m<sup>2</sup>. Na área bruta de construção proposta, não é contabilizada a área da cave, pelo facto de esta não ser contabilizada para efeitos de índice de construção, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 9<sup>16</sup> do Regulamento do Plano Director Municipal, desde que estas áreas

2 - Para os efeitos do número anterior, o requerente deve assinalar as áreas de cedência ao município em planta a entregar com o pedido de licenciamento ou comunicação prévia. -----

3 - As parcelas de terreno cedidas ao município integram -se no domínio municipal com a emissão do alvará ou, nas situações previstas no artigo 34.º, através de instrumento próprio a realizar pelo notário privativo da câmara municipal no prazo previsto no n.º 1 do artigo 36.º, devendo a câmara municipal definir no momento da recepção as parcelas afectas aos domínios público e privado do município. -----

4 - Se o prédio a lotear já estiver servido pelas infra-estruturas a que se refere a alínea h) do artigo 2.º ou não se justificar a localização de qualquer equipamento ou espaço verde públicos no referido prédio ou ainda nos casos referidos no n.º 4 do artigo anterior, não há lugar a qualquer cedência para esses fins, ficando, no entanto, o proprietário obrigado ao pagamento de uma compensação ao município, em numerário ou em espécie, nos termos definidos em regulamento municipal. -----

5 - O proprietário e demais titulares de direitos reais sobre prédio a sujeitar a qualquer operação urbanística que nos termos de regulamento municipal seja considerada como de impacte relevante ficam também sujeitos às cedências e compensações previstas para as operações de loteamento. -----

#### <sup>16</sup> Artigo 9º - Índice de construção -----

A edificabilidade máxima em lotes ou quaisquer parcelas de terreno é determinada pelo índice de construção atribuído à classe ou categoria de espaços em que se localizem, nos termos dos números seguintes: -----

1) O índice de construção, abreviadamente designado por Ic, é o quociente, expresso em metros quadrados por metro quadrado, entre a área bruta total dos pavimentos das construções existentes e edificáveis numa porção de terreno e a área desse mesmo terreno; ---

2) A edificabilidade máxima admissível para um lote ou parcela de terreno calcula-se multiplicando a sua área pelo índice de

não venham a constituir-se, ao abrigo do regime de propriedade horizontal, em fracções autónomas a comercializáveis separadamente das habitações a que ficam adstritas. -----

9.1.3.- Na categoria de espaços, em que se insere a parcela de terreno a urbanizar, o índice de construção é de  $0.80\text{m}^2/\text{m}^2$  aplicado à área da parcela, ou seja, (área do terreno inserido x índice de construção) =  $2304.10\text{ m}^2 \times 0.80\text{m}^2/\text{m}^2 = 1843.28\text{m}^2$  (máxima área bruta de construção permitida) >  $1823.56\text{ m}^2$  (área bruta de construção proposta); -----

9.1.4.- De acordo com o disposto no n.º 5 do art.º 57 <sup>17</sup> do Dec.-Lei 555/99 alterado e republicado pela Lei 60/2007 de 4 de Setembro e alínea a) do art.º 8<sup>18</sup> do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação e Tabelas de Taxas e Licenças devidas pela realização de Operações Urbanísticas, a operação urbanística em análise tem impacto semelhante a uma operação de loteamento, pelo facto de dispor de 2 caixas de escadas e 12 fracções autónomas. -----

---

construção especificamente atribuído à classe ou categoria de espaços em que o referido lote ou parcela se localizarem; -----

3) A edificabilidade que, nos termos dos números anteriores, vier a ser autorizada para um lote ou parcela engloba a totalidade das respectivas áreas edificadas e a edificar, incluindo eventuais anexos dos edifícios principais, com as seguintes excepções: -----

a) As áreas destinadas a estacionamento, mesmo quando inseridas no perímetro edificado, salvo quando forem adstritas a edifícios de habitação unifamiliar ou destinadas predominantemente à recolha ou estacionamento de veículos, oficina de reparação ou estação de serviço, casos em que tais áreas se mantêm englobadas no cálculo da edificabilidade máxima admissível; -----

b) As áreas de cave de edifícios destinadas a arrecadações adstritas a habitações, desde que se trate de edifício com componente de habitação colectiva e as referidas áreas não venham a constituir-se, ao abrigo do regime de propriedade horizontal, em fracções autónomas comercializáveis separadamente das habitações a que ficam adstritas.

<sup>17</sup> Artigo 57.º - Condições de execução -----  
(...) -----

5 - O disposto no artigo 43.º é aplicável aos procedimentos de licenciamento ou de comunicação prévia das obras referidas nas alíneas c), d) e e) do n.º 2 do artigo 4.º, bem como às previstas nas alíneas c), d), e) e f) do n.º 1 do artigo 6.º, quando respeitem a edifícios contíguos e funcionalmente ligados entre si, que determinem, em termos urbanísticos, impactes semelhantes a uma operação de loteamento, nos termos a definir por regulamento municipal. -----

<sup>18</sup> Artigo 8.º - Impacte semelhante a uma operação urbanística de loteamento -----

Para efeitos de aplicação do disposto no n.º 5 do artigo 57.º Do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, e ulteriores alterações, os edifícios contíguos e funcionalmente ligados entre si determinam, em termos urbanísticos, impactes semelhantes a uma operação de loteamento quando reúnam as seguintes características: -----

a) Toda e qualquer construção que disponha de mais de duas caixas de escadas de acesso comum a fracções autónomas; -----

b) Toda e qualquer construção que disponha de 20 ou mais fracções autónomas. -----

9.1.5.- Assim, o projecto de arquitectura terá de respeitar o disposto no art.º 43 do diploma legal acima referido, no que diz respeito às áreas de cedência, para espaços verdes e equipamentos, previstos na Portaria n.º 216 - B/2008 de 3 de Março. Neste sentido as áreas a ceder, serão de 425.50 m<sup>2</sup> destinados a espaços verdes e 531.87m<sup>2</sup> destinados a equipamentos de utilização colectiva, dando um total de 957. 28 m<sup>2</sup>. -----

9.1.6.-O requerente propõe no entanto ceder 114.78 m<sup>2</sup>, destinado a espaços verdes e não prevê ceder área para equipamentos de utilização colectiva, originando assim um défice de 842.50 m<sup>2</sup>, em conformidade com o disposto no art.º 44 do Dec.- Lei555/99 alterado e republicado pela Lei 60/2007 de 4 de Setembro e o estipulado no art.º 64<sup>19</sup> do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação e Tabelas de Taxas e Licenças devidas pela realização de Operações Urbanísticas, dá lugar ao pagamento de uma compensação (art.º 66 <sup>20</sup>) em numerário ou em espécie. -----

9.1.7.- Em conformidade com o disposto no n.º 1, 2 e 3 do art.º 67 <sup>21</sup>do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação e Tabelas

<sup>19</sup> Artigo 64.º - Cedências -----

1. O proprietário e os demais titulares de direitos reais sobre o prédio a lotear cedem gratuitamente ao Município as parcelas para implantação de espaços verdes públicos e equipamentos de utilização colectiva e as infra -estruturas que, de acordo com a lei e a licença ou comunicação prévia, devam integrar o domínio municipal. -

2. No regime da licença, as parcelas de terreno cedidas ao Município integram -se automaticamente no domínio público municipal com a emissão do alvará. -----

3. No regime da comunicação prévia as parcelas cedidas ao Município integram -se no domínio público municipal através de instrumento próprio a realizar pelo notário privativo da câmara municipal. -----

4. O disposto no n.º 1 é também aplicável aos pedidos de licenciamento ou apresentação de comunicação prévia de obras de edificação ou de alteração de uso, previstas no n.º 5, do artigo 57.º do Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores alterações, bem como, às obras de edificação que configurem, nos termos do presente regulamento, um impacte relevante para efeitos do disposto no n.º 5, do artigo 44.º, do citado diploma e constantes do artigo 8.º -A do presente regulamento. -----

<sup>20</sup> Artigo 66.º - Modalidades de compensações -----

1 - A compensação a efectuar pelo proprietário do prédio, poderá ser paga em numerário ou em espécie. -----

2 - A compensação em espécie é efectuada através da cedência de parcelas de terrenos susceptíveis de serem urbanizadas ou de outros imóveis considerados de interesse pelo município de Chaves, integrando-se no seu domínio privado. -----

<sup>21</sup> Artigo 67.º - Cálculo do valor da compensação em numerário nas operações de loteamentos -----

1 - O valor, em numerário, da compensação a pagar ao município será determinado de acordo com a seguinte fórmula: -----

$$C = \frac{LK \times A \text{ (m2)} \times V}{2}$$

2

em que: -----

C = valor da compensação devida ao município; -----

L = factor de localização (determinado face à área urbana do concelho de Chaves); -----

de Taxas e Licenças devidas pela realização de Operações Urbanísticas, o valor da compensação em numerário que o requerente terá de pagar é de 49 151.22 euros. -----

$$C = \frac{L}{2} \times \frac{K}{2} \times \frac{A}{2} \text{ (m}^2\text{)} \times V = \frac{0.9}{2} \times \frac{0.2}{2} \times \frac{842.59}{2} \times \frac{648.15}{2} = \frac{98302.45}{2} = 49\,151.22 \text{ euros}$$

9.1.8.- O projecto de arquitectura está de acordo com o estipulado no n.º1 e 2 do art.º 20 do DL 555/99, de 16 de Dezembro e Ulteriores Alterações e conforme n.º1 do art.º11 da Portaria 232/2008 de 11 de Março; -----

#### 10.- PROPOSTA DE DECISÃO -----

10.1.- Propõe-se a **aprovação** do projecto de arquitectura, apresentado sob requerimento n.º 4231/08. -----

10.2- De acordo com o n.º4 do art. 20º do DL 555/99 de 16 de Dezembro e Ulteriores Alterações, dispõe o interessado do prazo de seis meses para apresentar projectos de especialidades conforme estabelecido no n.º5 do art.º 11 da Portaria 216-E/2008 de 3 de Março, designadamente: -----

- Projecto de estabilidade que inclua o projecto de escavação e contenção periférica; -----
- Projecto de águas pluviais; -----
- Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica e projecto de instalação de gás, devidamente aprovado pela entidade competente; -----
- Projecto de redes prediais de água e esgotos; -----
- Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações; -----
- Estudo de comportamento térmico; -----
- Projecto acústico; -----
- Fichas de segurança de acordo com o disposto no n.º2 do art.º17 do Decreto - Lei n.º 220/2008 de 12 de Novembro; -----
- Projecto de instalações electromecânicas, incluindo as de transporte de pessoas e ou mercadorias; -----
- Projecto de arranjos exteriores (onde conste os equipamentos de resíduos sólidos e que tipo a colocar); -----
- Orçamento relativamente aos arranjos exteriores e infra-estruturas a levar a efeito; -----

---

K = coeficiente urbanístico do loteamento, de acordo com o disposto nos n.º 6 e 7 do artigo 26.º do Código das Expropriações; -----  
 A = valor em metros quadrados da área não cedida; -----  
 V = valor do preço por metro quadrado de construção, definido pela portaria que fixa periodicamente os valores unitários por metro quadrado do preço da construção para efeito de cálculo da renda condicionada. -----

2 - A densidade praticada nos loteamentos industriais ou de armazenagem é obtida de acordo com a fórmula prevista no número anterior, considerando-se para o efeito o somatório dos pisos utilizáveis, nomeadamente as áreas destinadas a escritórios. -----

3 - O disposto no n.º I é aplicável, com as necessárias adaptações, aos pedidos de licenciamento ou de autorização das obras de edificação previstas nos n.º 2 e 3 do artigo 62.º do presente Regulamento. -----

4 - Os parâmetros para o cálculo das compensações encontram-se estabelecidos no quadro XIX da tabela anexa ao presente Regulamento.

- Deve ainda ser apresentada declaração de conformidade regulamentar subscrita por perito qualificado, no âmbito do Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios (SCE); -----

À Consideração Superior. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/06/03. -----**

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/06/03. -----**

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.6. PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE - CANDIDA FAUSTINA RAINHO LAGE - SITO NA FONTE DO LEITE - FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DO ENG. BRUNO GABRIEL RUA DATADA DE 2009/06/15 -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

ANTECEDENTES -----

Através do requerimento n.º 1050/09, referente ao processo n.º 136/09, a Sra. Cândida Faustina Rainho Lage, solicitou certidão de destaque de uma parcela de terreno, sita na Fonte do Leite, na freguesia de Santa Cruz/Trindade, e da qual é proprietária. Foi emitido parecer desfavorável ao referido requerimento, tendo sido o requerente convidado a reformular o seu pedido. -----

INTRODUÇÃO -----

Através do requerimento n.º 1553/09, referente ao processo n.º 136/09, a Sra. Cândida Faustina Rainho Lage, solicita certidão de destaque de uma parcela de terreno, sita na Fonte do Leite, na freguesia de Santa Cruz/Trindade, reformulando o seu requerimento anterior. -----

ANÁLISE DA PRETENSÃO -----

Enquadramento da Pretensão - Com as disposições do PDM -----

De acordo com as plantas de ordenamento do Plano Director Municipal o terreno objecto de parecer insere-se: -----

• U1-Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na Subcategoria 1.1- cidade de Chaves -----

Segundo as plantas de condicionantes do Plano Director Municipal, o prédio não colide com nenhuma servidão ou restrição de utilidade pública. -----

Análise do Processo -----

O requerimento apresentado pelo requerente encontra-se formulado de acordo com a legislação em vigor, Decreto-Lei n.º555/99 de 16 de Dezembro com a redacção dada pela Lei n.º60/07 de 4 de Setembro. ---

O documento "comprovativo da declaração para inscrição ou actualização de prédios urbanos na matriz", refere a área total do terreno de 2.422,0 m2. -----

Na parcela existe uma habitação com área bruta de construção de 364m2, com Alvará de Licença de Utilização n.º33 de 31/03/1987. ----

O pedido formulado pelo requerente reúne, ainda, os requisitos constantes do disposto no n.º422 do art.º 6 do Decreto-Lei n.º555/99 de 16 de Dezembro com a redacção dada pela Lei n.º60/07 de 4 de Setembro<sup>(1)</sup>. -----

De acordo com o artigo 73.º do regulamento do Plano Director Municipal de Chaves<sup>(2)</sup>, o índice de construção máximo a observar para a parcela a destacar será de 0,8 m2/m2. O índice de construção para a parcela a destacar é de 0,47. -----

		CAMPO 55	CAMPO 57	CAMPO 58	CAMPO 59
	IC	Área total do terreno	Área de implantação	Área bruta de construção	Área bruta dependente (garagem, anexos,...)
Parcela 1 (a destacar)		775,0	182,0	364,0	108,0
Parcela 2 (mãe)		2.116,0	0	0	0

#### PROPOSTA DE DECISÃO -----

Pelo exposto emite-se **parecer favorável** à emissão da certidão de destaque. -----

À Consideração Superior. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2009/06/15.** -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2009/06/15.** -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

<sup>(1)</sup> Artigo 6.º Isenção de licença -----

4 – Os actos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial que se situe em perímetro urbano estão isentos de licença desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos. -----

<sup>(2)</sup> Artigo 73º - Regime transitório -----

Enquanto não forem plenamente eficazes os planos de urbanização da cidade de Chaves e da vila de Vidago, os índices de construção a observar dentro dos respectivos perímetros urbanos serão os seguintes: -----

1) (...) -----

b) Zonas de densidade média - 0,8 m2/m2; -----

## VII

### OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

## 1- URBANIZAÇÃO

### 1.1. APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA EXECUÇÃO DA OBRA "CENTRO SOCIAL DA VÁRZEA" E NOMEAÇÃO DO RESPECTIVO COORDENADOR DE SEGURANÇA E SAÚDE EM OBRA -----

Foi presente a informação nº121/DE/2009, da Chefe de Divisão, Eng<sup>a</sup> Amélia Rodrigues, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais: -----

A - Antecedentes-----

1 -A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da República -2<sup>a</sup> Série, nº713 de 26 de Fevereiro de 2009, concurso publico tendo como objecto a adjudicação da empreitada "Centro Social da Várzea".-----

2 - De harmonia com a deliberação Camarária tomada na reunião ordinária realizada no dia 07 de Maio de 2009, o Município de Chaves decidiu adjudicar à empresa "Edibarra, Construções e Obras Públicas, Lda", a execução da referida empreitada. -----

3 - O valor da adjudicação na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, é de 143.473,28 € (Cento e quarenta e três mil, quatrocentos e setenta e três euros e vinte e oito cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar a seguinte condição: -----

- Prazo de execução da obra: 365 dias contados a partir da consignação dos trabalhos. -----

B - Da execução do contrato da empreitada -----

1 - O adjudicatário, apresentou a 29 de Maio de 2009, o Plano de Segurança e Saúde no Trabalho de Estaleiros Temporários ou Móveis.--

C - Da proposta-----

Face à necessidade de reduzir os riscos profissionais no sector da construção civil, e de acordo com a legislação em vigor, torna-se necessário dar integral cumprimento às obrigações decorrentes do Decreto Lei nº 273/2003 de 29 de Outubro, relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis. -----

Assim e de acordo com o ponto 3 do artigo 5º do Decreto Lei nº 273/2003, foi apresentado pela entidade executante o plano de segurança e saúde no trabalho, para a fase de execução da obra. ----

Analizado o Plano de Segurança e Saúde no trabalho, pelo Sr<sup>a</sup> Eng<sup>a</sup> Madalena Branco, conclui-se que o mesmo se encontra em condições de ser aprovado condicionalmente, devendo o referido plano ser actualizado, sempre que no decurso da empreitada se verifique que as condições iniciais de execução de tarefas sejam alteradas, ou identificados novos riscos. -----

É ainda obrigação do dono da obra, nomear o coordenador de segurança em obra, de acordo com o nº 3 do artigo 9º, do já referido diploma legal. -----

Dando cumprimento ao ponto 4 do mesmo artigo, junto se anexa declaração conjunta onde é expressa a nomeação do coordenador de segurança e a sua aceitação. -----

São obrigações do coordenador de segurança em obra, as definidas no ponto nº 2 do artigo 14º do já citado Decreto Lei nº 273/2003 de 29 de Outubro. -----



A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o nº 1 do artigo 71 da Lei 169/99, 18 de Setembro. -----

À consideração superior. -----

Divisão de Empreitadas, 08 de Junho de 2009. -----

**DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE FUNÇÕES -----**

Município do Concelho de Chaves, dono da obra "Centro Social da Várzea", declara, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 9º do Decreto Lei 273/03 de 29 de Outubro, que nomeia a Técnica Maria Madalena de Sousa Durão Branco, como Coordenadora de Segurança e Saúde da referida obra, a qual assegurará o exercício das funções afectas à coordenação da mesma, que neste mesmo documento, declara a aceitação daquelas funções. -----

Divisão de Empreitadas, 08 de Junho de 2009. -----

Pelo Dono da Obra-----

(Arqtº António Cândido M. Cabeleira) -----

(Engª Amélia C. G. Rodrigues) -----

A Coordenadora de Segurança e Saúde da Obra -----

(Engª Maria Madalena de Sousa Durão Branco) -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS,ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 12/06/2009.----**

Concordo com a proposta. À consideração do Sr.Vice Presidente. ----

**DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. ANTONIO CABELEIRA DE 2009.06.15. -----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**1.2. LIGAÇÃO RODOVIÁRIA ENTRE A EM 506 E O IP3 (A24) - NÓ NO PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES.- AUTO DE MEDIÇÃO Nº01/DE/2009 -----**

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Revisão de Preços nº01/DE/2009, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Socorpena, Construção e Obras Públicas, Lda, no valor de 88.866,20 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS,ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F.CARNEIRO, DE 15/06/2009.-----**

Visto.-----

**DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. ANTONIO CABELEIRA DE 2009.06.15. -----**

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de € 88.866,20 €(oitenta e oito mil oitocentos e sessenta e seis euros e vinte cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

**2- SANEAMENTO E SALUBRIDADE**

**3- HIGIENE PÚBLICA**

**4- CEMITÉRIOS**

- 5- PROTECÇÃO CIVIL
- 6- DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO
- 7- COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES
- 8- DEFESA DO MEIO AMBIENTE
- 9- CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES
- 10- SEGURANÇA PÚBLICA
- 11- ILUMINAÇÃO PÚBLICA
- 12- TERMAS
- 13- ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

## VIII EXPROPRIAÇÕES

- 1. EXECUÇÃO DA EMPREITADA DENOMINADA "CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO NO QUARTEIRÃO DA ADEGA REGIONAL FAUSTINO".** -----
- **DISPONIBILIZAÇÃO DAS PARCELAS DE TERRENO INDISPENSÁVEIS À CONCRETIZAÇÃO DO REFERIDO PROJECTO. ADOPÇÃO DE RESOLUÇÃO A REQUERER A UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO. PROPOSTA Nº 52/GAPV/2009.** -----
- Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----
- I - Antecedentes e Justificação.** -----
- 1** - De acordo com os instrumentos de gestão financeira em vigor no Município de Chaves para o ano económico de 2009, devidamente aprovados pelos órgãos autárquicos competentes - Câmara Municipal e Assembleia Municipal -, a Autarquia pretende promover a concretização da empreitada denominada **"Construção de Estacionamento no Quarteirão da Adega Regional Faustino"**. -----
- 2** - Tal empreitada encontra-se prevista no Plano Plurianual de Investimentos, cuja cópia, nessa parte, se anexa à presente proposta sob o número 1, no objectivo 2.4.2, com a classificação económica "02/07010401" e com o código de acção ou projecto número 2009/12. --
- 3** - A dotação orçamental inicialmente disponível para a concretização de tal acção e para o ano em curso era de €67 500,40 conforme decorre, mais uma vez, do Pano Plurianual de Investimentos em vigor na Autarquia para o corrente ano, encontrando-se assegurado o seu reforço. -----
- 4** - O valor contemplado no P.P.I, após ter sido promovida a indispensável alteração, assegura a cabimentação de verba necessária aos custos inerentes à expropriação que, em sede de avaliação prévia, realizada pelo perito da lista oficial, Engº Alvim Marinho, se encontram estimados em **€187 521,00**, cuja informação de cabimento de verba se anexa à presente proposta sob o nº2. -----
- 5** - O estudo prévio da realização da obra em causa, designadamente do parque de estacionamento no Quarteirão da Adega Regional Faustino, irá ser submetido, para aprovação, ao órgão executivo camarário em sua próxima reunião ordinária do dia 18 do corrente mês

de Junho de 2009, em conformidade com o disposto na alínea q), do nº1, do Artigo 64º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

**6** - A execução do projecto em causa, consubstanciará a construção de um parque de estacionamento, com quatro pisos e capacidade para 190 lugares, com entrada pela Rua Cândido dos Reis e saída pela Rua de Santo António, enquadrado no âmbito do "Programa de Acção Para a Regeneração Urbana do Centro Histórico de Chaves - Mais Chaves - Valorização do Centro Histórico", programa este que engloba diversos projectos, incluindo o supra citado parque de estacionamento, e que foi objecto de uma candidatura de financiamento ao Eixo Prioritário IV - Qualificação do Sistema Urbano, do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 - "Programa de Operações Integradas de Valorização Económica Para a Excelência Urbana", a qual se encontra aprovada e com Protocolo de financiamento firmado, documento que se anexa sob o nº3. -----

**7** - A construção do parque de estacionamento, incluída nas acções a levar a cabo para a revitalização do Centro Histórico, justifica-se pela necessidade de eliminar os "handicaps" de que padece o aludido Centro Histórico, nomeadamente, o perigo de incêndio representado pelas construções em ruína e a vegetação dos logradouros não tratados; a inexistência de locais onde novos moradores possam guardar as suas viaturas em locais seguros, o que compromete a atractividade da zona e a redução do número de lugares de estacionamento disponíveis naquela, após a requalificação prevista para alguns espaços públicos das proximidades. -----

**8** - Deste modo, constituirá um equipamento decisivo para a eliminação dos problemas de segurança e de salubridade criados pelo estado de abandono e degradação a que a maioria dos logradouros do "Quarteirão do Faustino" está entregue e, simultaneamente, constituirá um estacionamento de proximidade no "Centro Histórico", protegido e vigiado, para os respectivos residentes, contribuindo, ainda, para melhorar a atractividade da zona e potencializar a instalação de novos moradores, isto por um lado, e, por outro lado, complementar a oferta de estacionamento de curta duração, nomeadamente para apoio às áreas comerciais adjacentes - Rua de Santo António, Rua Cândido dos Reis e, até, Rua Direita - reforçando a separação entre estacionamento diurno de longa duração, mediante a substituição dos lugares de estacionamento informal ou ao longo das vias, que, preferencialmente, deverá ser localizado em zonas mais periféricas, e o estacionamento de curta duração, importante para garantir a vitalidade das áreas comerciais e de serviços. -----

**9** - Foram estes inequívocos fundamentos de interesse público que estiveram suprajacentes à elaboração do estudo prévio e do futuro projecto de execução da obra supra referida, precedidos da respectiva contratação da "Elaboração do Projecto para a Construção de um Parque de Estacionamento no Quarteirão da Adega Regional do Faustino", a "Cândido Lopes + Nicolau Lopes - Arquitectos, Lda.", o qual vai ser apreciado pelo executivo camarário em conformidade com o disposto na alínea q), do nº1, do Artigo 64º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

**10** - A prossecução de tal objectivo integra-se, inquestionavelmente, no âmbito das atribuições cometidas ao Município pelas alíneas n) e o), do nº1 do Artigo 13º - Promoção do Desenvolvimento e Ordenamento do Território e Urbanismo -- concretizadas nas

competências previstas na alínea c), do nº1 do Artigo 29º e na alínea b) do nº1 do Artigo 28º -, ambos da Lei nº159/99, de 14 de Setembro, e, ainda, na alínea h), do nº2, do Artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro na redacção da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro, encontrando-se legalmente justificada a causa de utilidade pública a prosseguir e subjacente à realização de tal projecto. ----

**11** - Encontram-se, assim, reunidos os pressupostos legitimadores - causa de utilidade pública e existência de norma habilitante - indispensáveis à promoção do procedimento expropriativo tendente à disponibilização dos imóveis e ou dos direitos a eles inerentes, necessários à materialização de tal projecto, competindo à Câmara Municipal, conforme disposto na alínea c), do nº7, do supracitado Artigo 64º, propor, ao membro do governo competente, a declaração de utilidade pública, para efeitos da expropriação; -----

**12** - Os bens imóveis necessários para a execução do projecto em causa, oito parcelas de terreno numeradas de um oito, e que serão objecto do procedimento expropriativo, constam do "Mapa de Expropriações", documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, e que se anexa à presente Proposta sob o nº 4, no qual se encontram mencionados os seguintes elementos, face ao Artigo 10º do Código das Expropriações, tidos como essenciais, a saber: -----

**a)** Identificação dos bens a expropriar, com referência ao número atribuído a cada uma das parcelas de terreno, área, respectiva situação por freguesia, inscrição matricial e descrição na Conservatória, quando existem, bem como por planta parcelar contendo as coordenadas dos pontos que definem os limites das áreas a expropriar, nos termos do disposto no nº2, do Artigo 10º do C.E.; --

**b)** Identificação dos proprietários, pelo nome e morada, quando conhecidos, bem como de outros interessados na expropriação; -----

**c)** Estimativa dos encargos com a expropriação dos bens imóveis em causa; -----

**d)** Previsão em instrumento de gestão territorial para os imóveis a expropriar e para a zona da sua localização. -----

## **II - Da Proposta em Sentido Estrito.** -----

- Considerando os elementos fundamentadores anteriormente evidenciados, indissociáveis não só, da determinação da causa de utilidade pública que está na génese da concretização do projecto/obra pública em questão, mas também da urgência de disponibilização dos bens imóveis a expropriar, indispensáveis à prossecução de tal objectivo, uma vez que se encontra aprovada uma candidatura de financiamento no âmbito do Programa Operacional Regional Norte -- Eixo Prioritário IV - Política de Cidades - Parcerias Para a Regeneração Urbana"- (documento nº3); -----

- Considerando que, face aos elementos instrutórios que dão suporte à presente proposta, se encontram praticamente reunidos os pressupostos legitimadores para o pedido, por parte do Município, da atribuição do carácter de urgência à expropriação, nos precisos termos em que tal acto se encontra legalmente positivado no Artigo 15º, do Código das Expropriações, sendo, contudo, no presente procedimento, aconselhável realizar as tentativas de aquisição pela via do direito privado, previstas no nº1 do Artigo 11º do referido Código; -----

- Considerando, por último, que, nos termos do disposto na alínea c), do nº 7, do artigo nº. 64, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro,

competete à Câmara Municipal, propor, nos termos da lei, a declaração de utilidade pública, para os efeitos de expropriação, não sendo, tal competência, susceptível de delegação no Presidente da Câmara.

Assim, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário que adopte deliberação no sentido de: -----

a) Ao abrigo do disposto no Artigo 10º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº. 168/99, de 18 de Setembro, seja tomada resolução de requerer a declaração de utilidade pública da expropriação - D.U.P. -, enquanto acto preparatório indispensável à obtenção da D.U.P. com vista à disponibilização das parcelas de terreno números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, necessárias à execução da obra denominada **"Construção do Parque de Estacionamento no Quarteirão da Adega Regional Faustino"**, anexando-se, para o efeito, o mapa de expropriações com a identificação das mesmas; -----

b) Que, pelos fundamentos atrás invocados, seja requerida a declaração de utilidade pública das referidas parcelas, junto do membro do governo competente, requerendo-se, simultaneamente, a atribuição de carácter de urgência à expropriação, nos termos e de acordo com os fundamentos anteriormente invocados, para aquelas parcelas, cujas tentativas de aquisição pela via do direito privado, não obtenham o sucesso pretendido; -----

c) Por último, caso a presente proposta venha a merecer acolhimento por parte do Executivo Camarário, deverá, o Presidente da Câmara, em sede de execução de tal decisão, notificar os interessados conhecidos, por carta registada com aviso de recepção, da resolução de requerer a utilidade pública da expropriação, no cumprimento do disposto no nº. 5, do citado artigo 10º, do C.E., formulando-lhes, simultaneamente, proposta de aquisição pela via do direito privado, nos termos do nº2, do Artigo 11º do referido diploma legal. -----

Chaves, 15 de Junho de 2009. -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

**Em Anexo:** - Processo de Expropriação: -----

- Cópia do PPI; -----

- Mapa de Expropriações; -----

- Planta de Localização; -----

- Certidões das Finanças; -----

- Cópias das descrições -----

- Relatórios de avaliação prévia e plantas parcelares. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar

a referida proposta. Notifique-se. -----

## **2. EXECUÇÃO DA EMPREITADA DENOMINADA "LIGAÇÃO RODOVIÁRIA ENTRE A E.M.506 E O IP3 (A24) - NÓ DO PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES". -----**

**- RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21/05/2008, QUE APROVOU A RESOLUÇÃO DE REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO. PROPOSTA N 53/GAPV/2009. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**I - Antecedentes e Justificação. -----**

**1** - Ao abrigo da competência que lhe está legalmente confiada pela alínea c), do nº 7, do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5 - A/2002 de 11 de Janeiro, o executivo camarário em sua reunião ordinária realizada no passado dia 21 de Maio de 2008, deliberou propor a "Declaração de

Utilidade Pública" (DUP), para efeitos de expropriação, das parcelas de terreno indispensáveis à concretização da obra pública **"Ligação Rodoviária entre a E.M.506 e o IP3 (A24) - Nó do Parque Empresarial de Chaves"**, resolução que veio a ser rectificada por deliberação do executivo camarário do passado dia 29 de Julho de 2008, no sentido de ser identificado o arrendatário da Parcela nº 196A.1. -----

2 - Tal decisão foi devidamente notificada ao interessado e, posteriormente, foi requerida, ao membro do Governo competente, Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, a Declaração de Utilidade Pública da Expropriação, de diversas parcelas de terreno necessárias à execução da obra em causa, incluindo o direito de propriedade e o direito autónomo de arrendamento da dita Parcela nº 196A.1. -----

3 - A autarquia assegurou a aquisição pela via do direito privado da maioria das parcelas de terreno, facto que viabilizou o início da execução da empreitada e a rectificação do pedido de Declaração de Utilidade Pública. -----

4 - Neste contexto, foi produzida a informação técnica da Divisão de Empreitadas, datada do último dia dois do corrente mês, informando que em sede de execução da obra e na sequência da implantação do correspondente projecto<sup>23</sup> foi constatado que a referida Parcela Nº196 A.1, não era necessária à boa execução da referida empreitada. -----

5 - De acordo com o nº1 do Artigo 3º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº168/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações, "A expropriação deve limitar-se ao necessário para a realização do seu fim, ...", pelo que a resolução de expropriar, tomada pelo executivo camarário em sua reunião ordinária de 21 de Maio de 2008, deverá ser rectificada no sentido da mesma deixar de abranger a dita Parcela Nº 196 A1, bem como no mesmo sentido, o mapa de expropriações que instruiu o pedido de Declaração de Utilidade Pública da expropriação, cujo procedimento se encontra a correr seus termos na Direcção-Geral das Autarquias Locais. -----

## **II - Da Proposta em Sentido Estrito.** -----

Considerando que, nos termos do disposto na alínea c), do nº 7, do artigo nº. 64, da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal, órgão executivo da Autarquia, propor, nos termos da lei, a declaração de utilidade pública, para efeitos de expropriação, não sendo, tal competência, susceptível de delegação no Presidente da Câmara. -----

Assim, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário que adopte deliberação no sentido de: -----

a) Ao abrigo do disposto no Artigo 10º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº. 168/99, de 18 de Setembro, seja, nessa parte, rectificada a deliberação de 21 de Maio de 2008, que determinou a resolução de expropriar enquanto acto preparatório indispensável à obtenção da declaração de utilidade pública com vista à expropriação das parcelas de terreno necessárias à execução da obra denominada **"Ligação Rodoviária entre a E.M.506 e o IP3 (A24) - Nó do Parque Empresarial de Chaves"**, anexando-se, para o efeito, novo "Mapa de Expropriações", devidamente rectificado, no que respeita à identificação das parcelas e direitos a expropriar; -----

---

<sup>23</sup> Quer o Projecto de execução, quer o Projecto de expropriações e as correspondentes avaliações prévias foram da responsabilidade da então empresa pública denominada Estradas de Portugal, E.P.E. -----

b) Consequentemente, que sejam notificados os respectivos interessados de tal alteração, o proprietário Humberto dos Santos Ferreira e o arrendatário José Humberto Rua Ferreira, nos termos do disposto na alínea c), do Artigo 66º do C.P.A.; -----  
 c) Seguidamente, caso a presente proposta venha a merecer acolhimento por parte do Executivo Camarário, deverá o Presidente da Câmara, em sede de execução de tal decisão, remeter a respectiva documentação à DGAL, com vista à instrução do processo a requerer, ao respectivo membro do Governo, a obtenção da D.U.P. -----  
 Chaves, 15 de Junho de 2009. -----  
 O Presidente da Câmara Municipal -----  
 (Dr. João Batista) -----  
**Em Anexo:** 1 mapa. -----  
 Informação Técnica da DE, de 02/06/2009. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Notifique-se. -----

**IX  
DIVISÃO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO**

**X  
DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS**

**XI  
FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS**

**XII  
EMPRESAS MUNICIPAIS**

**XIII  
ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA**

**1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**

**2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL**

**2.1. "FORNECIMENTO CONTÍNUO DE GASÓLEO A GRANEL E ATRAVÉS DE CARTÕES FROTA AO MUNICÍPIO DE CHAVES. AJUSTE DIRECTO Nº 48/SA/ 2009. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**I - Fundamentação -----**

- Considerando que, mediante contrato escrito celebrado em 13 de Julho de 2004, foi adjudicado à firma Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., o fornecimento de gasóleo, pelo período de 1 ano, renovável por sucessivos períodos até ao limite máximo de 5 anos; --  
 - Considerando que, se aproxima a data do término do aludido contrato, importa promover a abertura de novo procedimento concursal atinente à contratualização do fornecimento do bem supra

identificado, por forma a garantir a regularidade e normalidade do funcionamento da frota automóvel objecto do combustível em questão;

**II - Escolha do tipo de procedimento** -----

- Considerando que, o consumo médio dos últimos 3 anos de gasóleo resultou em 545.864 litros; -----

- Considerando que, para a quantidade estimada para os 3 últimos anos, equivale a quantia de 583.067,00 € (quinhentos oitenta e três mil, e sessenta e sete euros), importa promover a abertura de procedimento adequado para um horizonte temporal de 3 anos; -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea e) do nº1 do artigo 26º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro que aprova o Código dos Contratos Públicos, podemos lançar mão do "Ajuste Directo" como procedimento, através da Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E., para a celebração de contratos ao abrigo de Acordos Quadro, do bem acima referido; -----

- Assim, em cumprimento da alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de Junho e nos termos dos artigos 36º e 38º do CCP, solicita-se autorização para aplicação do procedimento "Ajuste Directo", independentemente do valor do contrato a celebrar, nos termos do disposto na alínea e), do nº1 do artigo 26º, conjugado com o artigo 258º todos do Código dos Contratos Públicos. -----

**III - Da proposta em sentido estrito** -----

Face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte: -----

a) De acordo com a alínea b) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de Junho e nos termos dos artigos 36º e 38º do CCP, que seja autorizada pela Câmara Municipal, a abertura de um procedimento por ajuste directo para aquisição do bem em causa, independentemente do valor do contrato a celebrar, nos termos do disposto na alínea e), do nº1 do artigo 26º, conjugado com o artigo 258º todos do Código dos Contratos Públicos; -----

b) Nos termos do disposto no nº1 do artigo 109º, do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, propõe-se que as competências atribuídas pelo Código dos Contratos Públicos ao órgão competente para a decisão de contratar possam ser delegadas no Presidente da Câmara Municipal, sem prejuízo do disposto na parte final no nº2 do artigo 69º do mesmo Código. ---

c) Para o efeito dever-se-á endereçar a referida adesão, presente em reunião da Câmara Municipal do dia 2 de Abril de 2009, inf. Nº14/SA/2009 (Adesão Voluntária Gratuita à Agência Nacional de Compras Públicas), à firma "Petróleos de Portugal-Petrogal, S.A.", para apresentar as suas melhores condições contratuais. -----

O encargo económico com a presente aquisição do bem, tem cabimento na seguinte rubrica, com a classificação económica 02.01.02.02. ----  
Chaves, 03 de Junho de 2009 -----

O Assistente Técnico -----  
(José Armindo Cerqueira) -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 03.06.2009.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2009.06.04.** -----

À reunião de Câmara. -----



**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**2.2. ALIENAÇÃO DE PRÉDIOS RÚSTICOS.AJUSTE DIRECTO INFORMAÇÃO N.º. 25/DGFEP/2009. -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**I - Enquadramento: -----**

1) Considerando o manifesto interesse na aquisição de vários imóveis, património da Autarquia, apresentado via ofício refa. PP\_01\_2009, por parte da empresa "Stellep - Produção de Pellets, S.A."; -----

2) Considerando que a aludida empresa pretende proceder à referida aquisição para promover a instalação de uma unidade industrial, junto ao Parque de Actividades Empresariais de Chaves, dos seguintes prédios rústicos e respectivas matrizes: -----

Número da Matriz	Nº Registo Predial
2724	3084/20050705
2725	3177/20051010
2728	3277/20060408

3) Considerando o elevado carácter dinamizador que tal unidade empresarial apresenta, quer pela criação de postos de trabalho, quer pelo fomento de criação de novas empresas e associações e ainda pelo desenvolvimento do sector florestal da região, uma vez que a matéria-prima usada no fabrico de pellets é proveniente de florestas; -----

4) Considerando ainda que a conjuntura actual aponta para a promoção de energias renováveis, bem como a utilização de fontes alternativas de energia, tal como o uso de pellets de madeira, particularmente em sectores de aquecimento doméstico e terciário, acarretando vantagens económicas para os seus utilizadores, e ainda benefícios ambientais, pela reduzida emissão de dióxido de carbono. -----

**II - Do Enquadramento Legal da Proposta: -----**

1) Considerando que, de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto, designadamente no seu art.º 81.º, o qual determina as condições em que, na escolha de procedimento de venda de imóveis, pode ser adoptado a figura do ajuste directo, tendo em conta determinados critérios; -----

2) Considerando que de acordo com o aludido art.º 81.º, o ajuste directo para realização de venda de determinado imóvel pode ser adoptado, entre outras situações, quando o valor do imóvel seja inferior a 150.000,00€ e ainda por razões de excepcional interesse público; -----

3) Considerando que os valores de venda dos imóveis ora em apreciação, não se aproximam, de forma individual ou agrupadamente, do aludido limiar; -----

4) Considerando que pelos fundamentos já enunciados, existem, comprovadamente, razões de excepcional interesse público para a adopção da figura do ajuste directo na alienação dos referidos imóveis. -----

**III - Proposta: -----**

1) Face ao exposto, o município não deverá ficar alheio ao interesse manifestado pela empresa "Stellep - Produção de Pelletes, S.A.", na compra dos referidos imóveis, pelo potencial desenvolvimento e geração de emprego que a unidade industrial a instalar poderá promover, bem como pelo comprovado interesse público que tal instalação reveste; -----

2) Assim sendo, e com base na fundamentação prevista no Decreto-Lei nº 280/2007, de 7 de Agosto, sugere-se a adopção de procedimento por ajuste directo, na venda dos prédios rústicos identificados, pelos valores de aquisição à empresa "Stellep - Produção de Pelletes, S.A." não havendo recurso, pelos fundamentos expostos, à figura da "Hasta Pública"; -----

3) Sugere-se que os mesmos sejam alienados pelos seguintes valores de aquisição: -----

Número da Matriz	Valores
2724	2.524,50 €
2725	16.182,30 €
2728	12.388,50 €

5) Que, em caso de aprovação da presente proposta, seja considerada a inclusão, no contrato de compra e venda a celebrar, de uma cláusula de reversão, a qual permitirá, em caso de incumprimento da instalação da referida unidade industrial, por parte da empresa "Stellep - Produção de Pelletes, S.A.", ao direito de reversão dos prédios rústicos identificados na presente proposta, a favor do Município; -----

6) Para efeitos do cumprimento da obrigação prevista no ponto anterior, deverá ser concedido um prazo máximo de dois anos, a contar da data da competente escritura, para a concretização da instalação da unidade industrial pela referida empresa, findo o qual e verificada a situação de incumprimento, será accionada a cláusula de reversão; -----

7) Solicita-se ao Sr.Presidente da Câmara que, em caso de concordância com a presente proposta, seja a mesma submetida à próxima reunião do órgão executivo para aprovação, nos termos do nº1, al. e), do art. 64º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro e anteriores alterações promovias pela Lei nº5\_A/2002, de 11 de Janeiro; -----

8) Ainda, considerando que tal alienação deverá ser submetida ao órgão deliberativo, para aprovação, solicita-se que a presente proposta seja agendada para a próxima sessão da Assembleia Municipal, ao abrigo do artº 83º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro e anteriores alterações promovidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro, uma vez que não foi possível atempadamente agendar na ordem do dia. -----

Chaves, 15 de Junho de 2009 -----

A Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Económica e Patrimonial ---  
(Márcia Raquel B. Santos, Dra.) -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 15.06.2009.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2009.06.15.** -----

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

#### XIV DIVERSOS

#### XV ASSUNTOS FORA DA ORDEM DO DIA (Art.º83, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações)

**1. EXECUÇÃO DA EMPREITADA DENOMINADA "LIGAÇÃO RODOVIÁRIA ENTRE A E.M.506 E O IP3 (A24) - NÓ DO PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES". -----**  
**- AQUISIÇÃO, PELA VIA DO DIREITO PRIVADO, DA PARCELA Nº 234 A. -----**  
**- RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº11/GAPV/09. -----**  
**- RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21/05/2008, QUE APROVOU A RESOLUÇÃO DE REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO. PROPOSTA Nº. 54/GAPV/2009. -----**

O Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto identificado em epígrafe. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### **I - Antecedentes e Justificação. -----**

**1 -** Ao abrigo da competência que lhe está legalmente confiada pela alínea c), do nº 7, do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5 - A/2002 de 11 de Janeiro, o executivo camarário em sua reunião ordinária realizada no passado dia 21 de Maio de 2008, deliberou propor a "Declaração de Utilidade Pública" (DUP), para efeitos de expropriação, das parcelas de terreno indispensáveis à concretização da obra pública "**Ligação Rodoviária entre a E.M.506 e o IP3 (A24) - Nó do Parque Empresarial de Chaves**", resolução que veio a ser rectificada por deliberação do executivo camarário do passado dia 29 de Julho de 2008, no sentido de ser identificado o arrendatário da Parcela nº 196A.1. -----

**2 -** Tal decisão foi devidamente notificada aos interessados e, posteriormente, foi requerida, ao membro do Governo competente, Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, a Declaração de Utilidade Pública da Expropriação, de diversas parcelas de terreno necessárias à execução da obra em causa, entre as quais se incluía a Parcela Nº 234 A. -----

**3 -** A autarquia foi assegurando, até à última reunião do executivo camarário, a aquisição, pela via do direito privado, da totalidade das parcelas de terreno imprescindíveis à execução da citada obra, à excepção da Parcela Nº234 A, facto que viabilizou o início da execução da empreitada e o normal decorrer dos trabalhos e motivou a rectificação do pedido de Declaração de Utilidade Pública. -----

**4 -** Foi neste contexto, que no dia 16 do corrente mês de Junho, foi praticado o Despacho Nº 11/GAPV/09, que determinou a aquisição, pela

via do direito privado, da citada Parcela Nº 234 A, pelo valor de €6 000,00, e pelos fundamentos que se encontram exarados nesse mesmo Despacho, tendo, também, nesse mesmo dia, sido formalizada a respectiva escritura de aquisição, ao abrigo do disposto no Artigo 11º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº168/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações, carecendo tal acto de ratificação do executivo camarário nos termos do disposto no nº3, do Artigo 68º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2001, de 11 de Janeiro. -----

**5 - Em correlação com tal acto, deverá ser rectificada a deliberação de 21 de Maio de 2008, que determinou a resolução de expropriar as parcelas necessárias à execução da citada obra e o subsequente requerimento de Declaração de Utilidade Pública da expropriação, dirigido a Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, uma vez que foi conquistada a aquisição, pela via do direito privado, da totalidade das parcelas de terreno necessárias à execução da obra "Ligação Rodoviária entre a E.M.506 e o IP3 (A24) - Nó do Parque Empresarial de Chaves". -----**

**II - Da Proposta em Sentido Estrito. -----**  
Considerando que, nos termos do disposto na alínea c), do nº 7, do artigo nº. 64, da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal, órgão executivo da Autarquia, propor, nos termos da lei, a declaração de utilidade pública, para efeitos de expropriação, não sendo, tal competência, susceptível de delegação no Presidente da Câmara; -----

Considerando que o Presidente da Câmara pode praticar quaisquer actos da competência da Câmara, sempre que o exijam circunstâncias excepcionais e urgentes e não seja possível reunir extraordinariamente a Câmara, ficando tais actos sujeitos a ratificação deste órgão, na primeira reunião após a sua prática, nos termos do disposto no nº3, do Artigo 68º da referida Lei nº 169/99, de 18 de Setembro; -----

Assim, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário que adopte deliberação no sentido de: -----

a) Ao abrigo do Artigo 83º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, reconheça a urgência de tomar deliberação imediata sobre este assunto, urgência essa, intrinsecamente ligada à necessidade de proceder à ratificação do Despacho Nº 11/GAPV/09, que determinou a aquisição, pela via do direito privado, da retrocitada Parcela Nº 234 A, pelos motivos nele explanados, e em conformidade com o disposto no nº3 do supracitada Artigo 68º; -----

b) Ao abrigo do disposto no Artigo 10º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº. 168/99, de 18 de Setembro, seja rectificada a deliberação de 21 de Maio de 2008, que determinou a resolução de expropriar enquanto acto preparatório indispensável à obtenção da declaração de utilidade pública com vista à expropriação das parcelas de terreno necessárias à execução da obra denominada "**Ligação Rodoviária entre a E.M.506 e o IP3 (A24) - Nó do Parque Empresarial de Chaves**", uma vez que todas as parcelas foram adquiridas ao abrigo do disposto no Artigo 11º do mesmo Código, rectificação que se deverá traduzir na desistência do pedido de Declaração de Utilidade Pública da Expropriação, em conformidade com o disposto no nº1, do Artigo 110º do Código do Procedimento Administrativo; -----

c) Seguidamente, caso a presente proposta venha a merecer acolhimento por parte do Executivo Camarário, deverá o Presidente da Câmara, em sede de execução de tal decisão, notificar a Direcção-Geral das Autarquias Locais. -----  
Chaves, 17 de Junho de 2009. -----

O Presidente da Câmara Municipal -----

(Dr. João Batista) -----

**Em Anexo:** Despacho N° 11/GAPV/09. -----

**AQUISIÇÃO, PELA VIA DO DIREITO PRIVADO, DA PARCELA N° 234 A, NECESSÁRIA À EXECUÇÃO DA OBRA "LIGAÇÃO RODOVIÁRIA ENTRE A E.M. 506 E O I.P.3/A24 - NÓ DO PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES".** -----

**Expropriado:** Manuel da Costa Alonso. Despacho N° 11/GAPV/09. -----

#### **I - DA JUSTIFICAÇÃO** -----

**1** - Considerando que ao abrigo da competência que lhe está legalmente confiada pela alínea c), do n° 7, do artigo 64°, da Lei n° 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n° 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o executivo camarário em sua reunião ordinária realizada no passado dia 21 de Maio de 2008, deliberou propor a "Declaração de Utilidade Pública" (DUP), para efeitos de expropriação, das parcelas de terreno indispensáveis à concretização da obra pública **"Ligação Rodoviária entre a E.M. 506 e o IP3 (A24) - Nó do Parque Empresarial de Chaves"**; -----

**2** - Considerando que na sequência das respectivas notificações da resolução de expropriar as aludidas parcelas de terreno, vieram alguns proprietários, por si ou através de representação, desde logo, manifestar o seu acordo para a aquisição pela via do direito de algumas dessas parcelas, pelo que as mesmas deixaram de integrar o mapa de expropriações anexo ao requerimento de Utilidade Pública da Expropriação, enviado ao membro do Governo competente, no caso Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local; -----

**3** - Considerando que na subsequente notificação do envio do Processo à Direcção - Geral das Autarquias Locais, tendo em vista a obtenção da Declaração de Utilidade Pública supra referida, vieram, ainda, outros interessados na resolução de expropriar, manifestar o seu acordo para a aquisição pela via do direito privado de mais algumas dessas parcelas, ou apresentar contra-propostas para a sua aquisição, pela mesma via, o que motivou rectificações ao pedido de Declaração de Utilidade Pública, que passou a ter por objecto unicamente a parcela N° 234 A; -----

**4** - Considerando que o proprietário da aludida parcela - Manuel da Costa Alonso - se deslocou aos serviços municipais, no dia de hoje, formulando contra-proposta para aquisição pela via do direito privado, da aludida parcela, pelo preço de € 6 000,00, apresentando, também os documentos comprovativos da propriedade da referida parcela; -----

**5** - Considerando que o referido proprietário, invocando a sua idade e saúde frágil, insistiu para que fosse formalizado o respectivo contrato de aquisição, de forma a evitar outra deslocação desde o local da sua residência, em Vila de Ave, concelho de Vila Nova de Famalicão; -----

**6** - Considerando que para além da fragilidade física invocada pelo interessado, toda a correspondência trocada com o mesmo e outros contados com ele já estabelecidos, sobre esta e outras matérias, demonstrarem forte volatilidade da sua vontade, razão justificadora para a formalização imediata da aquisição, tando mais que todos os

documentos instrutórios se encontram reunidos para o efeito, o que configura uma situação excepcional e urgente; -----

**7** - Considerando, por fim, que a resolução de expropriar está legalmente confiada pela alínea c), do nº 7, do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, ao executivo camarário, podendo o Presidente da Câmara praticar quaisquer actos da competência daquele órgão executivo, sempre que o exijam circunstâncias excepcionais e urgentes e não seja possível reunir extraordinariamente a Câmara, nos termos do disposto no nº 3 do Artigo 88º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, ficando o mesmo sujeito a ratificação da Câmara, na primeira reunião após a sua prática, sob pena de anulabilidade. ----

**II - DO DESPACHO EM SENTIDO ESTRITO** -----  
Assim, pelas razões de facto e de direito supra invocadas, ao abrigo do disposto no nº. 3, do Artigo 68º, da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, determino o seguinte: -----

a) A aquisição, pela via do direito privado, da parcela número 234 A, necessária à execução da obra supra referida, pelo valor de € 6 000,00, destinando-se a mesma a integrar o domínio público, nos termos do Decreto-Lei nº. 280/2007, de 07 de Agosto; -----

b) Que o título da aquisição - escritura pública -, seja outorgado, no dia de hoje, junto do Cartório Privativo do Município;

c) Remeta-se o presente Despacho ao Departamento de Administração Geral - Sector de Contratos, Expropriações e Apoio ao Notariado e à Divisão de Gestão Financeira, Económica e Patrimonial, para imediata operacionalização; -----

d) Por fim, elabore-se Proposta a submeter o mesmo a ratificação do executivo camarário, na sua reunião do próximo dia 18 do corrente mês de Junho, em cumprimento do disposto no nº. 3, do Artigo 68º, do supra citado diploma legal. -----

Chaves, 16 de Junho de 2009. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----  
(Dr. João Batista) -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta e ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara nº 11/GAPV/09, de 16 de Junho. -----

**2. OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO DE AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE ACTIVIDADES DE CHAVES - APROVAÇÃO PRÉVIA DO PROJECTO BASE PARA EFEITOS DE FORMALIZAÇÃO DA CANDIDATURA AO ON2 DENOMINADA "SISTEMA DE APOIO A ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL E LOGÍSTICA", ENQUADRADA NO AVISO DE ABERTURA DE CONCURSO SAAEL/1/2008, DE 9 DE OUTUBRO - REQUERENTE - CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES - LOCAL: ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE CHAVES - FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA D.O.T.P.U. DA ARQ. ANA ISABEL AUGUSTO, DE 17-06-2009.** -----

O Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto identificado em epígrafe. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

INFORMAÇÃO -----

1. REFERÊNCIAS DO AVISO QUE ORIENTA A CANDIDATURA DA OPERAÇÃO EM CAUSA -----

1.1. Âmbito -----

Através do Aviso SAAAE/1/2008, de 9 de Outubro, foi anunciada a Abertura do Concurso para apresentação de Candidaturas ao Sistema de apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística, as quais contemplam operações enquadráveis no domínio específico "Promoção e desenvolvimento da rede de parques de ciência e tecnologia e de operações integradas de ordenamento e de acolhimento empresarial" do Eixo Prioritário I "Competitividade, Inovação e Conhecimento" do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013.-----

1.2. Objectivos -----

O objectivo específico das operações incluídas nesta Candidatura prende-se com a constituição e desenvolvimento de uma rede de Áreas de Acolhimento Empresarial (adiante designadas por AAE) de nível regional, comportando um número restrito de espaços de acolhimento empresarial com uma forte componente de serviços de apoio à gestão e/ou serviços tecnológicos, articulada com outras infra-estruturas de apoio à competitividade, tendo em vista atingir a coerência regional da rede, a competitividade das AAE e a integração destas num conjunto de infra-estruturas associadas ao sistema regional de inovação. -----

1.3. Tipologia de operações -----

De acordo com o preconizado na alínea a), do artigo 5º, do Regulamento Específico "Sistema de apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística" podem ser apoiadas Operações que visem a constituição e desenvolvimento de uma Rede Regional de Áreas de Acolhimento Empresarial, assentes em projectos integrados nas seguintes sub-tipologias:-----

a) Infra-estruturas físicas em regime de gestão condominial; e

b) Serviços partilhados e acções de divulgação. -----

Podendo, estas operações, ser complementadas com projectos integrados na sub-tipologia empreendedorismo.-----

1.4. Entidades beneficiárias -----

Segundo o preceituado no artigo 6º do Regulamento Específico "Sistema de apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística" e, em função da tipologia de operações em causa, podem ser entidades beneficiárias: Associações Empresariais; Municípios, Associações de Municípios e Áreas Metropolitanas; Sociedades Gestoras de capitais maioritariamente públicos, vocacionadas para actividades de criação, gestão e dinamização de AAE, bem como outras entidades sem fins lucrativos vocacionadas para as actividades retro citadas.-----

1.5. Financiamento das operações -----

A taxa máxima de co-financiamento FEDER para cada operação a apoiar no âmbito desta candidatura é de 70% (setenta por cento), assumindo a forma de ajuda não reembolsável.-----

2. PROJECTO/OPERAÇÃO: LOTEAMENTO DE AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE ACTIVIDADES DE CHAVES -----

2.1. Tendo em consideração as condições estabelecidas pelo Aviso supracitado e a estratégia superiormente definida no que concerne à tipologia de Serviços Partilhados a disponibilizar pela Área de Acolhimento Empresarial de Chaves, bem como à nova tipologia de lotes necessária para possibilitar a instalação de unidades industriais de média ou grande dimensão, foi necessária a prévia elaboração do Projecto Base da Operação de Loteamento de Ampliação

do Parque de Actividades de Chaves, da autoria da Tec\_Mat - Engenharia Civil, Lda., cuja equipa técnica é multidisciplinar.-----

2.2. Esta operação urbanística consiste essencialmente na ampliação do Parque de Actividades de Chaves (cuja 1ª fase foi implementada na sequência da aprovação da operação de loteamento titulada pelo alvará nº 2/2006, de 25/05) e ficará incluída no Parque Empresarial de Chaves do qual participam a Plataforma Logística (PLC) e Mercado Abastecedor da Região de Chaves (MARC), os quais, no seu conjunto, constituirão a designada Área de Acolhimento Empresarial de Chaves (AAEC).-----

2.3. A nova área de expansão do PAC ficará adjacente à existente (1ª fase), ficando limitada a Nascente pela Via Estruturante já construída, estendendo-se substancialmente para Sul, incluindo uma área de Reserva Agrícola Nacional, que será convertida em espaços verdes e de utilização colectiva, mediante alteração do uso do solo através de alteração do PDM. -----

2.4. Salienta-se o facto de esta operação de loteamento estar a ser desenvolvida tendo por base o procedimento de alteração do PDM de Chaves (cuja área de intervenção se circunscreve à Área de Acolhimento Empresarial de Chaves), o qual está a ser acompanhado pela CCDR-N, incluindo a proposta de alteração do seu Regulamento, cujas disposições gerais foram definidas por aquela entidade.-----

2.5. A operação de loteamento em causa representa um contributo para a qualidade intrínseca da operação objecto da candidatura (qualidade do projecto em termos de amenidades - equipamentos e serviços complementares, quer de apoio social e ao desenvolvimento económico, formativo e tecnológico da AAE, quer de hotelaria e restauração, de lazer, entre outros). -----

2.6. É preconizada a constituição das seguintes tipologias de lotes:

a) Um conjunto de 12 Lotes de grandes dimensões destinados a indústria pesada (numerados de 1 a 12), perfazendo uma área de 339.349,00m<sup>2</sup>; -----

b) Uma fileira de 12 lotes de pequena dimensão destinados a actividades de comércio e de serviços a instalar conjuntamente na modalidade de Incubação de Empresas (Lotes H1 a H7 e I1 a I7), perfazendo uma área de 14.259,0m<sup>2</sup>;-----

c) Um conjunto de 7 lotes de dimensões variadas (Lotes A a G) a situar numa zona central de acessibilidade fácil, destinados à instalação das designadas "amenidades", que incluirão edifícios destinados a actividades de apoio social ou comercial com funções diversificadas, constituindo uma mais-valia ao conjunto do PAC, no sentido de lhe conferir maior qualidade urbana e autonomia funcional, preenchendo uma área total de 33.006,0m<sup>2</sup>. -----

2.7. Índices urbanísticos e áreas de cedência: -----

a) A zona de intervenção da operação de loteamento implica o reparcelamento de diversos terrenos rústicos, perfazendo uma área de 616.621,0m<sup>2</sup>, cujos índices de construção e implantação são de 0,55m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> e 0,58,3m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup>, respectivamente. -----

b) O índice médio de impermeabilização admitido pela operação de loteamento não ultrapassa os 80%. -----

c) A cêrcea máxima situa-se nos 12 metros para edifícios industriais e para o Hotel, 6 metros para os edifícios que compõem o Centro de Incubação de Empresas e 8 metros para os restantes lotes de equipamentos públicos ou privados. -----

d) As áreas de construção para os lotes industriais são de 271.479,0m<sup>2</sup> e para os de comércio e serviços de 6.000,0m<sup>2</sup>. -----



e) As áreas de cedência ao domínio público para espaços verdes e de utilização colectiva é de 64.216,0m<sup>2</sup> e para equipamentos de utilização colectiva de 33.006,0m<sup>2</sup> (correspondentes aos lotes A a G); no que respeita a infra-estruturas (passeios, estacionamento e vias), é cedida uma área de 96.222,0m<sup>2</sup>. -----

f) As áreas de cedência que resultam da operação de loteamento estão em conformidade com os parâmetros de dimensionamento definidos pela Portaria n.º 216-B/2008, de 3 de Março. -----

2.8. O projecto da operação de loteamento foi elaborado tendo por base as orientações estratégicas superiormente determinadas e transmitidas à equipa técnica por esta unidade orgânica. O projecto de loteamento e respectivas obras de urbanização incluem infra-estruturas viárias, de telecomunicações, banda larga, abastecimento e distribuição de água, energia eléctrica e iluminação pública, rede de gás, rede de águas pluviais e residuais, rede de combate a incêndios, recolha e tratamento de resíduos, segurança e videovigilância. -----

3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

3.1. Atendendo ao exposto e para efeitos de formalização da candidatura ao "Sistema de apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística", sou a propor ao Sr. Vice-Presidente a adopção de decisão no sentido de submeter a reunião de Câmara o projecto base da operação de loteamento de ampliação do Parque de Actividades de Chaves com vista à sua aprovação condicionada. -----

A consideração Superior -----

**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PLANEAMENTO URBANÍSTICO, ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 17.06.09-----**

Tendo por base as condições estabelecidas pelo Aviso SAAAEL/1/2008 de 9 de Outubro e a estratégia superiormente definida no que respeita à tipologia de operações a candidatar, sou a levar ao conhecimento do Sr. Vice-Presidente o Projecto Base do Loteamento de Ampliação do Parque de Actividades de Chaves, para ser submetido a reunião de Câmara para efeitos de **aprovação prévia condicionada**, tendo em vista a formalização da candidatura ao "Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística". -----

**DESPACHO DO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 17.06.09.-----**

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação ao abrigo do artigo 83º.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**3. REFORMULAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PDM DE CHAVES CIRCUNSCRITA À ÁREA DO PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES E RESPECTIVA ENVOLVENTE, SUBMETIDA A ANTERIOR REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES DO DIA 08 DE JANEIRO DE 2009. INFORMAÇÃO DA D.O.T.P.U. DAS ARQS. CARLA JOANA E EUNICE PEREIRA, DRA. ANDREIA GERALDES, E ENG.º PAULO VALOURA, DE 17.06.09 -----**

O Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto identificado em epígrafe. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

INFORMAÇÃO:-----

1- ANTECEDENTES E ENQUADRAMENTO DA PROPOSTA-----

1.1- Em 18 de Dezembro de 2008 foi submetida a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves a "*Proposta de alteração do Plano Director Municipal de Chaves (PDM), circunscrita à área do Parque Empresarial de Chaves e respectiva envolvente - Fase de Proposta*", a qual foi remetida para os serviços da CCDR-N a fim de se proceder ao agendamento da conferência de serviços prevista no n° 3, do artigo 75°-C do Decreto-Lei n° 46/2009, de 20 de Fevereiro.-----

1.2- Contudo, feita uma análise mais pormenorizada à proposta de alteração ao regulamento do PDM, aprovada na citada Reunião de Câmara do dia 18/12/2008, considerou-se necessário proceder a alguns ajustamentos ao articulado do mesmo, no que respeitava às regras de uso, ocupação e transformação dos solos da Classe 2 - Espaços Industriais, introduzindo regras específicas pontuais aplicáveis às componentes do Parque Empresarial de Chaves.-----

1.3- Assim, em 08 de Janeiro de 2009 foi novamente submetida a Reunião Ordinária da Câmara Municipal o "*Aditamento à proposta de Alteração do regulamento do PDM de Chaves presente em Reunião de Câmara de 18/12/2008*", o qual foi enviado para a CCDR-N, através do ofício n°481, N/referência 02/DOTPU/2009, com a data de 09-01-19, com vista a ser agendada a mencionada conferência de serviços com todas as entidades representativas dos interesses a ponderar.-----

1.4- Em 12 de Fevereiro de 2009 teve lugar nas instalações da CCDR-N, no Porto, a supramencionada conferência de serviços relativa à proposta de alteração do PDM, tendo sido a respectiva Acta remetida aos serviços desta autarquia, através de ofício DSOT/ID 580611, de 02.03.2009, bem como os anexos e pareceres das entidades que, não se fazendo representar na referida conferência, se pronunciaram dentro do prazo legal.-----

1.5- Da análise ao documento, verificou-se que os serviços da CCDR-N, a Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN), a Direcção Regional de Cultura do Norte e a Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARH) discordaram formalmente da referida proposta de alteração do PDM, tendo emitido parecer desfavorável à mesma. -----

1.6- Perante tal situação, tendo em consideração as orientações contidas nos pareceres técnicos das referidas entidades e com vista a ultrapassar as objecções formuladas, procedeu-se à reformulação da proposta apresentada, a qual, de acordo com o estipulado no n° 3 do artigo 76° do Decreto-Lei n° 46/2009, de 20 de Fevereiro, deverá ser novamente remetida aos serviços da CCDR-N a fim de se agendar nova conferência de serviços com as entidades representativas dos interesses a ponderar que se justifiquem.-----

2- PROPOSTA DE DECISÃO-----

2.1- Com base no exposto, propõe-se ao Executivo Municipal a adopção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Dar a conhecer ao Executivo Municipal a acta da conferência de serviços, realizada na CCDR-N em 12 de Fevereiro de 2009, bem como dos pareceres emitidos pelas entidades que se pronunciaram posteriormente sobre a anterior proposta de alteração, a qual tinha sido aprovada em reunião de Câmara de 08 de Janeiro de 2009;-----

b) Aprovar a "*Reformulação da Proposta de Alteração do Plano Director Municipal de Chaves (PDM) circunscrita à área do Parque*

Empresarial de Chaves e respectiva envolvente", tendo em consideração o teor da acta da conferência de serviços realizada;---

c) Promover o envio do dossier que contém a reformulação da proposta de Alteração do PDM de Chaves, aos serviços da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) com o objectivo de agendar nova conferência de serviços com as entidades representativas dos interesses a ponderar.-----

2.2- Para os devidos efeitos, em anexo à presente informação segue fotocópia da Acta de conferência de serviços e o dossier que contém a "Reformulação da Proposta de Alteração do Plano Director Municipal de Chaves (PDM) circunscrita à área do Parque Empresarial de Chaves e respectiva envolvente".-----

À consideração superior, -----

**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PLANEAMENTO URBANÍSTICO, ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 17.06.09-----**

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria pelo que merece a minha concordância.-

Com base na mesma, propõe-se ao senhor Vice-presidente que submeta o processo a reunião de Câmara para os seguintes fins:-----

a) **Dar a conhecer** ao Executivo Municipal a acta da conferência de serviços, realizada na CCDR-N em 12 de Fevereiro de 2009, bem como dos pareceres emitidos pelas entidades que se pronunciaram posteriormente sobre a proposta de alteração que tinha sido aprovada em reunião de Câmara de 08 de Janeiro de 2009 (ver documentos anexos a esta informação);-----

b) **Aprovar** a "Reformulação da Proposta de Alteração do Plano Director Municipal de Chaves (PDM) circunscrita à área do Parque Empresarial de Chaves e respectiva envolvente", tendo em vista dar resposta às questões suscitadas no teor da mencionada acta da conferência de serviços e nos demais pareceres das entidades que se pronunciaram posteriormente.-----

b) **Promover o envio da Proposta de Alteração (reformulada)** aos serviços da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) com o objectivo de ser agendada nova conferência de serviços com as entidades representativas dos interesses a ponderar. À consideração do Senhor Vice-presidente.-----

**DESPACHO DO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 17.06.09.-----**

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação ao abrigo do artigo 83º.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**4. CENTRO DE INCUBAÇÃO DE EMPRESAS - APROVAÇÃO PRÉVIA DE PROJECTO DE ARQUITECTURA PARA EFEITOS DE FORMALIZAÇÃO DA CANDIDATURA AO ON2 DENOMINADA "SISTEMA DE APOIO A ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL E LOGÍSTICA", ENQUADRADA NO AVISO DE ABERTURA DE CONCURSO SAAEL/1/2008, DE 9 DE OUTUBRO - REQUERENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES - LOCAL: ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE CHAVES - FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA D.O.T.P.U., DA ARQ. ANA ISABEL AUGUSTO, DE 15-06-2009. -----**

O Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, reconheça a urgência de deliberação sobre

o assunto identificado em epígrafe. -----  
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### INFORMAÇÃO -----

### 1. REFERÊNCIAS DO AVISO QUE ORIENTA A CANDIDATURA DA OPERAÇÃO EM CAUSA -----

#### 1.1.Âmbito -----

Através do Aviso SAAEL/1/2008, de 9 de Outubro, foi anunciada a Abertura do Concurso para apresentação de Candidaturas ao Sistema de apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística, as quais contemplam operações enquadráveis no domínio específico "Promoção e desenvolvimento da rede de parques de ciência e tecnologia e de operações integradas de ordenamento e de acolhimento empresarial" do Eixo Prioritário I "Competitividade, Inovação e Conhecimento" do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013.-----

#### 1.2.Objectivos -----

O objectivo específico das operações incluídas nesta Candidatura prende-se com a constituição e desenvolvimento de uma rede de Áreas de Acolhimento Empresarial (adiante designadas por AAE) de nível regional, comportando um número restrito de espaços de acolhimento empresarial com uma forte componente de serviços de apoio à gestão e/ou serviços tecnológicos, articulada com outras infra-estruturas de apoio à competitividade, tendo em vista atingir a coerência regional da rede, a competitividade das AAE e a integração destas num conjunto de infra-estruturas associadas ao sistema regional de inovação. -----

#### 1.3.Tipologia de operações -----

De acordo com o preconizado na alínea a), do artigo 5º, do Regulamento Específico "Sistema de apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística" podem ser apoiadas Operações que visem a constituição e desenvolvimento de uma Rede Regional de Áreas de Acolhimento Empresarial, assentes em projectos integrados nas seguintes sub-tipologias: -----

- a) Infra-estruturas físicas em regime de gestão condominial; e
- b) Serviços partilhados e acções de divulgação. -----

Podendo, estas operações, ser complementadas com projectos integrados na sub-tipologia empreendedorismo. -----

#### 1.4.Entidades beneficiárias -----

Segundo o preceituado no artigo 6º do Regulamento Específico "Sistema de apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística" e, em função da tipologia de operações em causa, podem ser entidades beneficiárias: Associações Empresariais; Municípios, Associações de Municípios e Áreas Metropolitanas; Sociedades Gestoras de capitais maioritariamente públicos, vocacionadas para actividades de criação, gestão e dinamização de AAE, bem como outras entidades sem fins lucrativos vocacionadas para as actividades retro citadas.-----

#### 1.5.Financiamento das operações -----

A taxa máxima de co-financiamento FEDER para cada operação a apoiar no âmbito desta candidatura é de 70% (setenta por cento), assumindo a forma de ajuda não reembolsável. O -----

### 2. PROJECTO/OPERAÇÃO: CENTRO DE INCUBAÇÃO DE EMPRESAS -----

2.1.Tendo em consideração as condições estabelecidas pelo Aviso supracitado e a estratégia superiormente definida no que concerne à tipologia de Serviços Partilhados a disponibilizar pela Área de

Acolhimento Empresarial de Chaves, foi apresentado o Projecto de Arquitectura dos Edifícios destinados ao Centro de Incubação de Empresas, enquanto contributo directo para a criação de empresas. Estes edifícios ocuparão 5 lotes numerados de H1 a H5, da operação de loteamento de ampliação do Parque de Actividades de Chaves (em apreciação na autarquia). Estes edifícios serão vocacionados para Comércio ou Serviços.-----

2.2.Salienta-se o facto de, quer a operação de loteamento mencionada, quer os edifícios destinados ao Centro de Incubação de Empresas, estarem a ser desenvolvidos tendo por base o procedimento de alteração do PDM de Chaves (cuja área de intervenção se circunscreve à zona do Parque Empresarial de Chaves), o qual está a ser acompanhado pela CCDR-N, incluindo a proposta de alteração do seu Regulamento, cujas disposições gerais foram definidas por aquela entidade.-----

2.3.O projecto em causa é composto pelos seguintes elementos: -----

- a) Peças escritas: -----
    - Requerimento; -----
    - Fotografias do local; -----
    - Termo de responsabilidade do autor do projecto de arquitectura;
    - Memória descritiva e justifica; -----
    - Estimativa orçamental, incluindo Medições; -----
    - Calendarização -----
  - b) Peças Desenhadas: -----
    - Extracto da planta de implantação da operação de loteamento;--
    - Perfis; -----
    - Planta de implantação/Arranjos exteriores; -----
- Plantas tipo; -----
- Alçados e Cortes; -----
  - Pormenores construtivos; -----
  - Imagens virtuais; -----
  - Fotos da maquete.-----

2.4.Cada um dos edifícios tem 500,0m<sup>2</sup> de área de implantação, cêrcea de 7 metros e área total de construção de 543,8m<sup>2</sup><sup>24</sup>, perfazendo um total de 2.719,0m<sup>2</sup> de área de construção nos 5 lotes.-----

2.5.A estimativa orçamental para a construção dos 5 edifícios destinados a Centro de Incubação de Empresas é da ordem de 1.461.406,0€ (um milhão, quatrocentos e sessenta e um mil, quatrocentos e seis Euros). Esta verba está prevista no investimento total elegível da candidatura.-----

2.6.Tendo em consideração a tipologia de edifícios em causa, considera-se que deverão ser promovidas consultas a entidades exteriores ao município, no âmbito do artigo 13º da Lei 60/2007, de 04/09, designadamente, a Delegação de Saúde de Chaves.-----

2.7.A consulta da Autoridade Nacional de Protecção Civil, através do Comando Distrital de Operações de Socorro de Vila Real, é substituída pelo preenchimento das Fichas de Segurança, a que se refere o nº 2, do artigo 17º, do DL nº 220/2008, de 12/11, com o conteúdo definido no Anexo V que integra aquele diploma legal, uma vez os edifícios em causa se enquadrarem na 1ª Categoria de Risco estabelecida no mesmo. Neste sentido, deverá ser notificado o técnico autor do projecto para a apresentação das Fichas de Segurança inerentes à utilização-tipo dos edifícios.-----

---

<sup>24</sup> Incluindo 43,8m<sup>2</sup> de área destinada a escritório e localizada em mezanino. -----

3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

3.1. Atendendo ao exposto e para efeitos de formalização da candidatura ao "Sistema de apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística", sou a propor ao Sr. Presidente a adopção de decisão no sentido de aprovar condicionalmente o projecto de arquitectura dos edifícios destinados a Centro de Incubação de Empresas.-----

3.2. Tal aprovação ficará condicionada à apresentação, por parte do técnico autor do projecto, das Fichas de Segurança inerentes à utilização-tipo dos edifícios, bem como à obtenção do parecer proveniente da consulta a efectuar à Delegação de Saúde de Chaves.--

A consideração Superior -----

**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PLANEAMENTO URBANÍSTICO, ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 17.06.09-----**

Visto, concordo.-----

Tendo por base as condições estabelecidas pelo Aviso SAAAE/1/2008 de 9 de Outubro e a estratégia superiormente definida no que respeita à tipologia de operações a candidatar, sou a levar ao conhecimento do Sr. Vice-Presidente o projecto de arquitectura dos edifícios destinados a Centro de Incubação de Empresas, para o submeter a reunião de Câmara para efeitos da sua **aprovação prévia condicionada**, tendo em vista a formalização da candidatura ao "Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística".-

**DESPACHO DO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 17.06.09.-----**

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação ao abrigo do artigo 83º.-----

**DESPACHO DO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 17.06.09.-----**

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação ao abrigo do artigo 83º.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**5. EDIFÍCIO BEM-ESTAR, POLIDESPORTIVO E ESPAÇOS VERDES - APROVAÇÃO PRÉVIA DE PROJECTO DE ARQUITECTURA PARA EFEITOS DE FORMALIZAÇÃO DA CANDIDATURA AO ON2 DENOMINADA "SISTEMA DE APOIO A ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL E LOGÍSTICA", ENQUADRADA NO AVISO DE ABERTURA DE CONCURSO SAAAE/1/2008, DE 9 DE OUTUBRO - REQUERENTE - CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES - LOCAL: ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE CHAVES - FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA D.O.T.P.U., DA ARQ. ANA ISABEL AUGUSTO, DE 15-06-2009 -----**

O Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto identificado em epígrafe. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**INFORMAÇÃO -----**

**1. REFERÊNCIAS DO AVISO QUE ORIENTA A CANDIDATURA DA OPERAÇÃO EM CAUSA -----**

**1.1. Âmbito -----**

Através do Aviso SAAAE/1/2008, de 9 de Outubro, foi anunciada a Abertura do Concurso para apresentação de Candidaturas ao Sistema de apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística, as quais contemplam operações enquadráveis no domínio específico "Promoção e desenvolvimento da rede de parques de ciência e tecnologia e de operações integradas de ordenamento e de acolhimento empresarial" do Eixo Prioritário I "Competitividade, Inovação e Conhecimento" do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013.-----

#### 1.2. Objectivos -----

O objectivo específico das operações incluídas nesta Candidatura prende-se com a constituição e desenvolvimento de uma rede de Áreas de Acolhimento Empresarial (adiante designadas por AAE) de nível regional, comportando um número restrito de espaços de acolhimento empresarial com uma forte componente de serviços de apoio à gestão e/ou serviços tecnológicos, articulada com outras infra-estruturas de apoio à competitividade, tendo em vista atingir a coerência regional da rede, a competitividade das AAE e a integração destas num conjunto de infra-estruturas associadas ao sistema regional de inovação.-----

#### 1.3. Tipologia de operações -----

De acordo com o preconizado na alínea a), do artigo 5º, do Regulamento Específico "Sistema de apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística" podem ser apoiadas Operações que visem a constituição e desenvolvimento de uma Rede Regional de Áreas de Acolhimento Empresarial, assentes em projectos integrados nas seguintes sub-tipologias: -----

a) Infra-estruturas físicas em regime de gestão condominial; e

b) Serviços partilhados e acções de divulgação.-----

Podendo, estas operações, ser complementadas com projectos integrados na sub-tipologia empreendedorismo.-----

#### 1.4. Entidades beneficiárias -----

Segundo o preceituado no artigo 6º do Regulamento Específico "Sistema de apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística" e, em função da tipologia de operações em causa, podem ser entidades beneficiárias: Associações Empresariais; Municípios, Associações de Municípios e Áreas Metropolitanas; Sociedades Gestoras de capitais maioritariamente públicos, vocacionadas para actividades de criação, gestão e dinamização de AAE, bem como outras entidades sem fins lucrativos vocacionadas para as actividades retro citadas.-----

#### 1.5. Financiamento das operações -----

A taxa máxima de co-financiamento FEDER para cada operação a apoiar no âmbito desta candidatura é de 70% (setenta por cento), assumindo a forma de ajuda não reembolsável. O-----

### 2. PROJECTO/OPERAÇÃO: EDIFÍCIO BEM-ESTAR, POLIDESPORTIVO E ESPAÇOS EXTERIORES -----

2.1. Tendo em consideração as condições estabelecidas pelo Aviso supracitado e a estratégia superiormente definida no que concerne à tipologia de Serviços Partilhados a disponibilizar pela Área de Acolhimento Empresarial de Chaves, foi apresentado o Projecto de Arquitectura do Edifício Bem-Estar, Polidesportivo e Espaços Exteriores, enquanto contributo para a qualidade intrínseca da operação (qualidade do projecto em termos de amenidades - equipamentos e serviços complementares). Este edifício ocupará o lote C da operação de loteamento de ampliação do Parque de Actividades de Chaves (em apreciação na autarquia). O edifício será

vocacionado para o Lazer e Desporto e com uma utilização quer por parte dos operadores da AAE, quer por parte do público.-----

2.2. Salienta-se o facto de, quer a operação de loteamento mencionada, quer o Edifício Bem-Estar, Polidesportivo e Espaços Exteriores, estarem a ser desenvolvidos tendo por base o procedimento de alteração do PDM de Chaves (cuja área de intervenção se circunscreve à zona do Parque Empresarial de Chaves), o qual está a ser acompanhado pela CCDR-N, incluindo a proposta de alteração do seu Regulamento, cujas disposições gerais foram definidas por aquela entidade. -----

2.3. O projecto em causa é composto pelos seguintes elementos:-----

a) Peças escritas: -----

- Requerimento; -----
- Termo de responsabilidade do autor e do coordenador do projecto de arquitectura e respectivas declarações de inscrição na Ordem dos Arquitectos;-----

- Memória descritiva e justifica; -----
- Resumo orçamental; -----
- Calendarização; -----

b) Peças Desenhadas:-----

- Fotografias da maquete; -----
- Planta de localização; -----
- Levantamento topográfico; -----
- Planta de implantação; -----
- Plantas dos pisos; -----
- Alçados e Cortes; -----
- Plantas de trabalho; -----
- Planta dos Arranjos Exteriores. -----

2.4. O Centro Bem-estar é composto por um edifício com 1.445,15m<sup>2</sup> de área bruta de construção, cerca de 5,9 metros, complementado por um Polidesportivo descoberto, com uma área de implantação de cerca de 924m<sup>2</sup> e uma bancada de apoio, bem como espaços verdes envolventes, num lote com área de 7.642,0m<sup>2</sup>. -----

2.5. A estimativa orçamental para a construção do Centro Bem-estar é da ordem de 784.700,0€ (setecentos e oitenta e quatro mil e setecentos Euros). Esta verba está prevista no investimento total elegível da candidatura. -----

2.6. Tendo em consideração a tipologia dos usos previstos no Centro Bem-estar, considera-se que deverão ser promovidas consultas a entidades exteriores ao município, no âmbito do artigo 13º da Lei 60/2007, de 04/09, designadamente, a Delegação de Saúde de Chaves.

2.7. A consulta da Autoridade Nacional de Protecção Civil, através do Comando Distrital de Operações de Socorro de Vila Real, é substituída pelo preenchimento das Fichas de Segurança, a que se refere o nº 2, do artigo 17º, do DL nº 220/2008, de 12/11, com o conteúdo definido no Anexo V que integra aquele diploma legal, uma vez a utilização Tipo IX «desportivos e de lazer» do edifício se enquadrar na 1ª Categoria de Risco estabelecida no mesmo. Neste sentido, deverá ser notificado o técnico autor do projecto para a apresentação das Fichas de Segurança inerentes à utilização-tipo do Centro Bem-estar. -----

3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

3.1. Atendendo ao exposto e para efeitos de formalização da candidatura ao "Sistema de apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística", sou a propor ao Sr. Presidente a adopção de decisão no



sentido de aprovar condicionalmente o projecto de arquitectura do Edifício Bem-Estar, Polidesportivo e Espaços Exteriores. -----

3.2. Tal aprovação ficará condicionada à apresentação, por parte do técnico autor do projecto, das Fichas de Segurança inerentes à utilização-tipo do edifício, bem como à obtenção do parecer proveniente da consulta a efectuar à Delegação de Saúde de Chaves.--

A consideração Superior -----

**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PLANEAMENTO URBANÍSTICO, ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 17.06.09-----**

Visto, concordo.-----

Tendo por base as condições estabelecidas pelo Aviso SAAAE/1/2008 de 9 de Outubro e a estratégia superiormente definida no que respeita à tipologia de operações a candidatar, sou a levar ao conhecimento do Sr. Vice-Presidente o projecto de arquitectura do Edifício Bem-estar, Polidesportivo e Espaços Verdes, para o submeter a reunião de Câmara para efeitos da sua **aprovação prévia condicionada**, tendo em vista a formalização da candidatura ao "Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística".-

**DESPACHO DO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 17.06.09.-----**

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação ao abrigo do artigo 83º.-----

**DESPACHO DO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 17.06.09.-----**

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação ao abrigo do artigo 83º.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**6. ESCOLA DE NEGÓCIOS E DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES - APROVAÇÃO PRÉVIA DE PROJECTO DE ARQUITECTURA PARA EFEITOS DE FORMALIZAÇÃO DA CANDIDATURA AO ON2 DENOMINADA "SISTEMA DE APOIO A ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL E LOGÍSTICA", ENQUADRADA NO AVISO DE ABERTURA DE CONCURSO SAAAE/1/2008, DE 9 DE OUTUBRO - REQUERENTE - CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES - LOCAL: ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE CHAVES - FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA D.O.T.P.U., DA ARQ. ANA ISABEL AUGUSTO, DE 15-06-2009. -----**

O Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto identificado em epígrafe. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

INFORMAÇÃO -----

1. REFERÊNCIAS DO AVISO QUE ORIENTA A CANDIDATURA DA OPERAÇÃO EM CAUSA -----

1.1. Âmbito -----

Através do Aviso SAAAE/1/2008, de 9 de Outubro, foi anunciada a Abertura do Concurso para apresentação de Candidaturas ao Sistema de apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística, as quais

contemplam operações enquadráveis no domínio específico "Promoção e desenvolvimento da rede de parques de ciência e tecnologia e de operações integradas de ordenamento e de acolhimento empresarial" do Eixo Prioritário I "Competitividade, Inovação e Conhecimento" do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013. -----

#### 1.2. Objectivos -----

O objectivo específico das operações incluídas nesta Candidatura prende-se com a constituição e desenvolvimento de uma rede de Áreas de Acolhimento Empresarial (adiante designadas por AAE) de nível regional, comportando um número restrito de espaços de acolhimento empresarial com uma forte componente de serviços de apoio à gestão e/ou serviços tecnológicos, articulada com outras infra-estruturas de apoio à competitividade, tendo em vista atingir a coerência regional da rede, a competitividade das AAE e a integração destas num conjunto de infra-estruturas associadas ao sistema regional de inovação.-----

#### 1.3. Tipologia de operações -----

De acordo com o preconizado na alínea a), do artigo 5º, do Regulamento Específico "Sistema de apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística" podem ser apoiadas Operações que visem a constituição e desenvolvimento de uma Rede Regional de Áreas de Acolhimento Empresarial, assentes em projectos integrados nas seguintes sub-tipologias: -----

a) Infra-estruturas físicas em regime de gestão condominial; e

b) Serviços partilhados e acções de divulgação. -----

Podendo, estas operações, ser complementadas com projectos integrados na sub-tipologia empreendedorismo. -----

#### 1.4. Entidades beneficiárias -----

Segundo o preceituado no artigo 6º do Regulamento Específico "Sistema de apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística" e, em função da tipologia de operações em causa, podem ser entidades beneficiárias: Associações Empresariais; Municípios, Associações de Municípios e Áreas Metropolitanas; Sociedades Gestoras de capitais maioritariamente públicos, vocacionadas para actividades de criação, gestão e dinamização de AAE, bem como outras entidades sem fins lucrativos vocacionadas para as actividades retro citadas.-----

#### 1.5. Financiamento das operações -----

A taxa máxima de co-financiamento FEDER para cada operação a apoiar no âmbito desta candidatura é de 70% (setenta por cento), assumindo a forma de ajuda não reembolsável. O -----

#### 2. PROJECTO/OPERAÇÃO: ESCOLA DE NEGÓCIOS E DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES -----

2.1. Tendo em consideração as condições estabelecidas pelo Aviso supracitado e a estratégia superiormente definida no que concerne à tipologia de Serviços Partilhados a disponibilizar pela Área de Acolhimento Empresarial de Chaves, foi apresentado o Projecto de Arquitectura do Edifício da Escola de Negócios e de Serviços Complementares, enquanto contributo para a qualidade intrínseca da operação (qualidade do projecto em termos de infra-estruturas físicas de apoio às empresas e ao empreendedorismo - equipamentos e serviços avançados de apoio à gestão). -----

2.2. Este edifício ocupará o lote A2 da operação de loteamento do Parque de Actividades de Chaves e está de acordo com as especificações e os parâmetros urbanísticos definidos no Alvará nº 2/2006 de 25 de Maio, que titula aquela operação de loteamento. O edifício assume-se como um espaço privilegiado de informação,

aprendizagem, divulgação e dinamização, desenvolvendo a sua actividade junto das pessoas, empresas e instituições ligadas a actividades empresariais. -----

2.3. O projecto em causa é composto pelos seguintes elementos:-----

- a) Peças escritas: -----
- Requerimento; -----
  - Termo de responsabilidade do autor do projecto de arquitectura e respectiva declaração de inscrição na Ordem dos Arquitectos; -----
  - Memória descritiva e justifica; -----
  - Quadro de Áreas; -----
  - Estimativa orçamental; -----
- b) Peças Desenhadas: -----
- Planta de localização; -----
  - Plantas dos pisos (nas escalas 1/200 e 1/100); -----
  - Perfis (nas escalas 1/200 e 1/100); -----
  - Imagens 3D do edifício. -----

2.4. O Edifício da Escola de Negócios e de Serviços Complementares ocupa um lote com uma área de 2.681,82m<sup>2</sup>, com uma área de implantação de 750,0m<sup>2</sup>. Desenvolve-se em 3 pisos, sendo 2 acima da cota de soleira e 1 abaixo desta, perfazendo 1.500,0m<sup>2</sup> de área bruta de construção.-----

2.5. A estimativa orçamental para a construção do edifício em causa é da ordem de 1.125.000,0€ (um milhão, cento e vinte cinco mil Euros). Esta verba está prevista no investimento total elegível da candidatura. -----

2.6. Tendo em consideração a tipologia dos usos previstos no Edifício da Escola de Negócios e de Serviços Complementares, considera-se que deverão ser promovidas consultas a entidades exteriores ao município, no âmbito do artigo 13º da Lei 60/2007, de 04/09, designadamente, a Delegação de Saúde de Chaves. -----

2.7. A consulta da Autoridade Nacional de Protecção Civil, através do Comando Distrital de Operações de Socorro de Vila Real, é substituída pelo preenchimento das Fichas de Segurança, a que se refere o nº 2, do artigo 17º, do DL nº 220/2008, de 12/11, com o conteúdo definido no Anexo V que integra aquele diploma legal, uma vez a utilização mista do edifício (o qual integra a utilização-tipo III «administrativos» e a utilização-tipo II «estacionamentos») se enquadrar na 1ª Categoria de Risco estabelecida no mesmo. Neste sentido, deverá ser notificado o técnico autor do projecto para a apresentação das Fichas de Segurança inerentes à utilização-tipo do Edifício da Escola de Negócios e de Serviços Complementares. -----

3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

3.1. Atendendo ao exposto e para efeitos de formalização da candidatura ao "Sistema de apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística", sou a propor ao Sr. Vice-Presidente que submeta o projecto de arquitectura do Edifício da Escola de Negócios e de Serviços Complementares a reunião de Câmara para decisão no sentido da sua aprovação condicionada. -----

3.2. Tal aprovação ficará condicionada à apresentação, por parte do técnico autor do projecto, das Fichas de Segurança inerentes à utilização-tipo do edifício, bem como à obtenção do parecer proveniente da consulta a efectuar à Delegação de Saúde de Chaves. -

A consideração Superior -----

**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PLANEAMENTO URBANÍSTICO, ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 17.06.09-----**

Visto, concordo.-----  
Tendo por base as condições estabelecidas pelo Aviso SAAEL/1/2008 de 9 de Outubro e a estratégia superiormente definida no que respeita à tipologia de operações a candidatar, sou a levar ao conhecimento do Sr. Vice-Presidente o projecto de arquitectura dos edifícios destinados a Escola de Negócios e de Serviços Complementares, para o submeter a reunião de Câmara para efeitos da sua **aprovação prévia condicionada**, tendo em vista a formalização da candidatura ao "Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística". -----

**DESPACHO DO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ.ANTÓNIO CABELEIRA, DE 17.06.09.**-----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação ao abrigo do artigo 83º.-----

**DESPACHO DO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ.ANTÓNIO CABELEIRA, DE 17.06.09.**-----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação ao abrigo do artigo 83º.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**7. EDIFÍCIO CRECHE/JARDIM-DE-INFÂNCIA/ATL - APROVAÇÃO PRÉVIA DE PROJECTO DE ARQUITECTURA PARA EFEITOS DE FORMALIZAÇÃO DA CANDIDATURA AO ON2 DENOMINADA "SISTEMA DE APOIO A ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL E LOGÍSTICA", ENQUADRADA NO AVISO DE ABERTURA DE CONCURSO SAAEL/1/2008, DE 9 DE OUTUBRO - REQUERENTE - CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES - LOCAL: ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE CHAVES - FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA D.O.T.P.U. DA ARQ. ANA ISABEL AUGUSTO, DE 15-06-2009.** -----

O Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto identificado em epígrafe. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**INFORMAÇÃO** -----

**1. REFERÊNCIAS DO AVISO QUE ORIENTA A CANDIDATURA DA OPERAÇÃO EM CAUSA** -----

**1.1. Âmbito** -----

Através do Aviso SAAEL/1/2008, de 9 de Outubro, foi anunciada a Abertura do Concurso para apresentação de Candidaturas ao Sistema de apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística, as quais contemplam operações enquadráveis no domínio específico "Promoção e desenvolvimento da rede de parques de ciência e tecnologia e de operações integradas de ordenamento e de acolhimento empresarial" do Eixo Prioritário I "Competitividade, Inovação e Conhecimento" do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013. -----

**1.2. Objectivos** -----

O objectivo específico das operações incluídas nesta Candidatura prende-se com a constituição e desenvolvimento de uma rede de Áreas de Acolhimento Empresarial (adiante designadas por AAE) de nível regional, comportando um número restrito de espaços de acolhimento

empresarial com uma forte componente de serviços de apoio à gestão e/ou serviços tecnológicos, articulada com outras infra-estruturas de apoio à competitividade, tendo em vista atingir a coerência regional da rede, a competitividade das AAE e a integração destas num conjunto de infra-estruturas associadas ao sistema regional de inovação. -----

### 1.3. Tipologia de operações -----

De acordo com o preconizado na alínea a), do artigo 5º, do Regulamento Específico "Sistema de apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística" podem ser apoiadas Operações que visem a constituição e desenvolvimento de uma Rede Regional de Áreas de Acolhimento Empresarial, assentes em projectos integrados nas seguintes sub-tipologias: -----

- a) Infra-estruturas físicas em regime de gestão condominial; e
  - b) Serviços partilhados e acções de divulgação. -----
- Podendo, estas operações, ser complementadas com projectos integrados na sub-tipologia empreendedorismo. -----

### 1.4. Entidades beneficiárias -----

Segundo o preceituado no artigo 6º do Regulamento Específico "Sistema de apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística" e, em função da tipologia de operações em causa, podem ser entidades beneficiárias: Associações Empresariais; Municípios, Associações de Municípios e Áreas Metropolitanas; Sociedades Gestoras de capitais maioritariamente públicos, vocacionadas para actividades de criação, gestão e dinamização de AAE, bem como outras entidades sem fins lucrativos vocacionadas para as actividades retro citadas.-----

### 1.5. Financiamento das operações -----

A taxa máxima de co-financiamento FEDER para cada operação a apoiar no âmbito desta candidatura é de 70% (setenta por cento), assumindo a forma de ajuda não reembolsável. O -----

## 2. PROJECTO/OPERAÇÃO: EDIFÍCIO CRECHE/JARDIM DE INFÂNCIA/ATL -----

2.1. Tendo em consideração as condições estabelecidas pelo Aviso supracitado e a estratégia superiormente definida no que concerne à tipologia de Serviços Partilhados a disponibilizar pela Área de Acolhimento Empresarial de Chaves, foi apresentado o Projecto de Arquitectura do Edifício Creche/Jardim de Infância/ATL, enquanto contributo para a qualidade intrínseca da operação (qualidade do projecto em termos de amenidades - equipamentos e serviços complementares). Este edifício ocupará o lote D da operação de loteamento de ampliação do Parque de Actividades de Chaves (em apreciação na autarquia). O edifício será vocacionado para o Lazer e Desporto e com uma utilização quer por parte dos operadores da AAE, quer por parte do público. -----

2.2. Salienta-se o facto de, quer a operação de loteamento mencionada, quer o Edifício Creche/Jardim de Infância/ATL, estarem a ser desenvolvidos tendo por base o procedimento de alteração do PDM de Chaves (cuja área de intervenção se circunscreve à zona do Parque Empresarial de Chaves), o qual está a ser acompanhado pela CCDR-N, incluindo a proposta de alteração do seu Regulamento, cujas disposições gerais foram definidas por aquela entidade. -----

### 2.3. O projecto em causa é composto pelos seguintes elementos: -----

- a) Peças escritas: -----
- Requerimento; -----
- Termo de responsabilidade da autora e da coordenadora do projecto de arquitectura e respectivas declarações de inscrição na Ordem dos Arquitectos; -----

- Memória descritiva e justifica; -----
- Calendarização; -----
- Resumo orçamental, incluindo medições; -----
- Condições técnicas gerais e específicas do projecto de arquitectura. -----

- b) Peças Desenhadas: -----
- Planta de localização; -----
  - Levantamento topográfico; -----
  - Planta do loteamento; -----
  - Planta de implantação/Arranjos Exteriores; -----
  - Plantas dos pisos; -----
  - Alçados e Cortes; -----
  - Plantas de trabalho; -----
  - Pormenores construtivos; -----
  - Perfis. -----

2.4. O Edifício Creche/Jardim-de-infância/ATL tem 1.210,0m<sup>2</sup> de área bruta de construção, cerca média da ordem dos 5 metros, implantado num lote com área de 5.268,0m<sup>2</sup>. -----

2.5. A estimativa orçamental para a construção do edifício em causa é da ordem de 590.290,0€ (quinhentos e noventa mil, duzentos e noventa Euros). Esta verba está prevista no investimento total elegível da candidatura. -----

2.6. Tendo em consideração a tipologia dos usos previstos no Edifício Creche/Jardim-de-Infância/ATL, considera-se que deverão ser promovidas consultas a entidades exteriores ao município, no âmbito do artigo 13º da Lei 60/2007, de 04/09, designadamente, a Delegação de Saúde de Chaves e o Instituto de Segurança Social - Centro Distrital de Vila Real. -----

2.7. A consulta da Autoridade Nacional de Protecção Civil, através do Comando Distrital de Operações de Socorro de Vila Real, é facultativa. Em virtude da utilização Tipo IV «escolares» do edifício, deverá ser apresentado um projecto de especialidades de Segurança Contra Incêndios em Edifícios, em conformidade com o preceituado no artigo 15º, do DL nº 220/2008, de 12/11, com o conteúdo definido na Portaria nº 1532/2008, de 29/12. Neste sentido, deverá ser notificada a técnica autora do projecto para apresentar o projecto de especialidade de SCIE.-----

### 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

3.1. Atendendo ao exposto e para efeitos de formalização da candidatura ao "Sistema de apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística", sou a propor ao Sr. Vice-Presidente que submeta o projecto de arquitectura do Edifício Creche/Jardim-de-infância/ATL a reunião de Câmara para decisão no sentido da sua aprovação condicionada. -----

3.2. Tal aprovação ficará condicionada à apresentação do projecto de especialidade de SCIE, bem como à obtenção dos pareceres provenientes das consultas a efectuar à Delegação de Saúde de Chaves e ao Instituto da Segurança Social - Centro Distrital de Vila Real.-

A consideração Superior -----

**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PLANEAMENTO URBANÍSTICO, ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 17.06.09-----**

Visto, concordo. -----

Tendo por base as condições estabelecidas pelo Aviso SAAAE/1/2008 de 9 de Outubro e a estratégia superiormente definida no que respeita à tipologia de operações a candidatar, sou a levar ao conhecimento do Sr. Vice-Presidente o projecto de arquitectura do

Edifício Creche/Jardim-de-infância/ATL, para o submeter a reunião de Câmara para efeitos da sua **aprovação prévia condicionada**, tendo em vista a formalização da candidatura ao "Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística". -----

**DESPACHO DO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ.ANTÓNIO CABELEIRA, DE 17.06.09.**-----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação ao abrigo do artigo 83º.-----

**DESPACHO DO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ.ANTÓNIO CABELEIRA, DE 17.06.09.**-----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação ao abrigo do artigo 83º.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a acta sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 92, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista à sua exectoriedade imediata. -----

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram dez horas e trinta minutos, para constar se lavrou a presente acta, e eu, Helena Presa Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

---

---